



Anais da Assembléia

Nº 24

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 19 DE ABRIL DE 1989

ANO XV

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 019.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 1.989
QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Werner Wanderer e Pirajá Ferreira.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acyr Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Ironi Pugliesi, João Arruda, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (49).

Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Cândido Bastos, Djalma de Almeida César, Homero Oguido, José Alves e Lindolfo Júnior (05).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Em votação a ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem)- Senhor Presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem) Eu requeiro a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- A Mesa defere e solicita ao Senhor 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados.

É procedida à chamada nominal.

23 Senhores Deputados responderam a chamada nominal.

Aprovada a Ata.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 603

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 75/89, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E INFÂNCIA-A.P.M.I., com sede e foro na cidade de São Carlos do Ivaí.

Sala das Sessões, em 19.04.89.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

REQUERIMENTO Nº 614

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas, REQUER, a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 295/87, de acordo com o Artigo 108, do Regimento Interno, visto que o Projeto supra citado visa declarar de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES 1º DE JULHO, cujos documentos anexados ao Projeto preenchem todos os requisitos exigidos pela Lei nº 6994.

Sala das Sessões, em 19.04.89.

(a) PEDRO TONELLI.

REQUERIMENTO Nº 626

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a INVERSÃO DA ORDEM DO DIA.

Sala das Sessões, em 19.04.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO.

REQUERIMENTO Nº 598

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja con-

signado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Doutor Ricardo Rezende, ocorrido dia 15.04.89, nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19.04.89.

(a) ANTONIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

No último dia 15 faleceu, nesta Capital, o Doutor Ricardo Rezende, deixando viúva a Senhora Jane e três filhos.

O extinto era filho do ex-Deputado Rafael Rezende.

Doutor Ricardo Rezende foi o Primeiro Presidente da Bolsa de Mercadorias do Paraná.

O passamento do Doutor Ricardo veio abrir enorme lacuna no seio de sua família, assim como de todo o seu grande círculo de amigos.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos, sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo Ricardo.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, sente-se no dever de associar-se à dor que abalou a família Rezende, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 599

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Adiles Sartori Bordin viúva do saudoso Capitão de Indústria Dario Bordin, de União da Vitória.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19.04.89.

(a) ANTONIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

Em acidente automobilístico ocorrido dia 05 de abril/89, faleceu a Senhora Adiles Sartori Bordin, Diretora Presidente da Fluma Bordin S.A. Indústria e Comércio, uma das mais sólidas da região de União da Vitória.

Dona Adiles era viúva do saudoso Dario Bordin, um dos estelos da economia regional.

O trágico desaparecimento da Senhora Adiles, com a idade de 71 anos, causou profunda consternação em toda aquela região e entre seu grande círculo de amizade.

Dona Adiles deixou cinco filhas e vários netos.

Curitiba, quarta, em 19.04.89.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquela que soube conquistar a nossa amizade.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o senhor, que olhará para a condição humana de sua serva Adiles.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, sente-se no dever de associar-se à dor que abalou a família Sartori Bordin, endereçando a ela, voto de profundo pesar rogando a Deus para a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 600

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-Ministro Dilson Funaro.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19.04.89.

(a) ANTONIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

Aos 57 anos de idade faleceu, no último dia 12, o ex-Ministro e empresário Dilson Funaro.

O passamento de Dilson Funaro veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de todo o seu grande círculo de amigos.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a simpatia de todos.

Dilson Funaro foi antes de mais nada um homem público, um homem de Estado, um líder natural cuja vida foi sempre voltada para o público, para o político, para a gestão reformadora do Estado, para o governo da nação. E sempre com um sentido de missão de tarefa a cumprir, em que as qualidades pessoais e a vontade de poder eram apenas instrumentos de uma tarefa maior de construção ou de salvação nacional. A morte de Dilson Funaro é uma óbvia perda para este país, especialmente em um momento em que suas elites estão tão desorientadas, incapazes de definir um projeto nacional em meio a uma crise econômica e política que se arrasta e se aprofunda há dez anos. O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná sente-se no dever de associar-se à

dor que abalou a família Funaro endereçando a ela, voto de profundo pesar rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 601

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Eduardo Guérios ocorrido dia 16.04.89, na cidade de União da Vitória.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19.04.89.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 67 anos faleceu na cidade de União da Vitória, o Senhor Eduard Guérios, viúvo de Zenaide Araújo Guérios.

O passamento do Senhor Eduard Guérios, veio abrir norme lacuna no seio da família, pois deixou 03 filhos e 02 netos.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, sente-se no dever de associar-se à dor que abalou a família Guérios endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus, para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 602

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-Prefeito do Município de Coronel Vivida, Paulino Stedille, ocorrido em 15.04.89.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19.04.89.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 65 anos, faleceu no último dia 15 o ex-Prefeito de Coronel Vivida, Paulino Stedille.

Deixou viúva a Senhora Ordina Stedille, 3 filhos e 5 netos.

O passamento do Senhor Paulino Stedille, em Coronel Vivida veio abrir enorme

lacuna no seio da família, bem como de seu grande círculo de amigos entre os quais este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, sente-se no dever de associar-se à dor que abalou a família Stedille endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 607

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção na Ata dos trabalhos de hoje, de um voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. MIGUEL DRANKA, pessoa de tradicional família de Balsa Nova.

Outrossim, solicitamos que seja dada ciência à família enlutada através de sua esposa Sra. LUCIA KUKA DRANKA, residente à Rua Danásio Soares, s/n, Município de Balsa Nova, CEP 83.650.

Sala das Sessões, em 19.04.89.

(a) ACYR MEZZADRI

REQUERIMENTO N° 618

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado nos Anais desta egrégia Casa de Leis, voto de congratulações com o município de Palmas, pela passagem dos 110 anos de sua Emancipação Política e Administrativa a 14 de abril.

Sala das Sessões, em 19.04.89.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

O município de Palmas foi desmembrado do de Guarapuava pela Lei Estadual n° 484, de 13 de abril de 1877, tendo sido instalado a 14 de abril de 1879. A conquista de Palmas data de 1840, com a chegada dos primeiros colonizadores. As condições geográficas, seu clima, suas águas, favoreceram firmar-se a sua principal característica econômica - a criação de gado - que se mantém até hoje. Da sua fundação aos dias presentes, Palmas tem presenteado o Paraná e o Brasil com um povo ordeiro, trabalhador, participativo, merecendo a homenagem que lhe rende a sociedade paranaense, dela participando o augusto Poder Legislativo do Estado.

REQUERIMENTO N° 620

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, abaixo subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, a formulação e consignação em Ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, de Votos de congratulações ao Colégio Lins de Vasconcellos pela manutenção da Cidade Mirim.

A Cidade Mirim constitui um instrumento didático do Colégio Lins de Vasconcellos, com funcionalidade educacional.

O fundador e idealizador da Cidade Mirim foi o Professor e Diretor Ney Lobo, em 1969, que a inaugurou em 1970, com a realização da primeira eleição para a Prefeitura Mirim.

A Cidade Mirim tem por objetivo geral a antecipação em nível pedagógico e orientado, de algumas vivências e experiências limitadas de vida de uma pequena comunidade urbana.

O aluno é o elemento principal da Cidade Mirim, sendo assim, ele é que vai desenvolver todas as atividades de ordem prática dentro desta pequena comunidade.

A Cidade Mirim é constituída de treze casas em miniatura onde estão instaladas: a Prefeitura Mirim, a Secretaria Mirim, o Banco Bamerindus Mirim, a Livraria Ghignone Mirim, a Casa Lider Mirim, o Mercadinho dos presentes, a Casa da Oração Mirim, a Casa das Bonecas Mirim, a Sala de Jogos e a Sala de Festas, a Sala de Coordenação e o Gabinete Odontológico.

Cada unidade comercial é dirigida por uma equipe de alunos escolhidos semanalmente pela Coordenadora da Cidade Mirim e seu horário de funcionamento é durante os intervalos de recreio (manhã e tarde). As atividades do Banco e nas lojas são reais: os alunos compram seus materiais de aula, brinquedos, etc.; depositam suas mesadas no Banco e sacam com cheques, para suas despesas (retiradas diárias autorizadas pelos pais ou responsáveis).

O Prefeito e os Vereadores Mirins são eleitos através do voto direto. Cada aluno possui seu título de eleitor e escolhe seu candidato.

São, também, desenvolvidas atividades recreativas na Sala de Jogos (pedagógicos), para meninos e, Casa de Bonecas, para meninas.

A Casa da Oração Mirim é ecumênica e visitada para meditação e leitura sobre a vida e mensagens do Divino Mestre.

Existem, ainda, outras atividades na Cidade Mirim, como a "Feira de Frutas", "Tarde de Autógrafos" e, criado este ano, "Grupo dos Ecologistas Mirins", composto de seis alunos que organizam os jardins da Cidade Mirim e cuidam da conservação do meio ambiente.

É possível notar, portanto, que o Colégio Lins de Vasconcellos, mantido pela Fundação Espírita do Paraná, adota uma li-

nha pedagógica novista, na qual o aluno não é um ser passivo, mas verdadeiramente ativo e participante no processo ensino-aprendizagem.

Mais do que simples transmissão de conhecimentos, o Colégio Lins de Vasconcellos, através de sua proposta, ministra conhecimento de fundamental importância para a vida das crianças.

A criança, um ser por excelência egocêntrico, não tem e não deve ter, um comportamento adulto, pelo contrário, forçar este comportamento é desestabilizar e desestruturar o desenvolvimento da criança.

Confiar responsabilidades à criança é algo que deve ser feito com muita cautela, com muita habilidade e mediante um currículo apropriado, fundamentado didática, psicológica e pedagogicamente.

E é justamente nisso que o Colégio Lins de Vasconcellos, através da proposta Mirim, marca um grande acerto.

Desenvolver as potencialidades de cada criança e educá-la dentro dessas potencialidades, é um grande passo em direção a uma educação verdadeiramente libertadora e preparadora.

Que nossa proposição represente os cumprimentos do Poder Legislativo do Estado do Paraná à inovação e criatividade do Colégio Lins de Vasconcellos, introduzidos na prática, ao campo pedagógico deste Estado.

Que seja dada ciência do teor deste requerimento ao Senhor NAPOLEÃO ARAÚJO, Presidente da Fundação Espírita do Paraná; à Prof.^a MARIA TEREZA DE MEIRA ALBACH, Diretora do Colégio Lins de Vasconcellos; à Senhora ELZA LEMANSKI, Presidenta da Associação de Pais e Mestres e ao estudante DANIEL HENRIQUE PIMPÃO, Prefeito da Cidade Mirim.

Sala das Sessões, em 19.04.89.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO N° 621

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, abaixo subscrito, REQUER, após ouvido o douto Plenário, na forma regimental, sejam formulados e consignados em Ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, votos de congratulações ao Diretório Acadêmico Dilson Bescow, da Faculdade de Ciências Administrativas, Contábeis e Econômicas de Umuarama, FACEU, pela nova Diretoria eleita e empossada.

Importante centro de difusão cultural e formação técnica do noroeste do Estado do Paraná, a FACEU conta com uma excepcional estrutura e com um notável quadro de professores, o que, em grande parte, tem sido responsável pela formação de profissionais sérios e capacitados.

O atuante Diretório Acadêmico Dilson

Bescow tem sido o canal de organização e reivindicação dos universitários daquela tradicional instituição de ensino superior.

Dentre essas reivindicações, está a melhoria de ensino nas faculdades e a participação dos acadêmicos nos movimentos populares de classes e outros, como forma de uma melhor integração à comunidade. Isso constitui-se no compromisso primeiro da nova Diretoria eleita num legítimo processo, marcado pela seriedade e elevado espírito democrático.

A Diretoria que tem na Presidência, o jovem e dinâmico estudante Milton Spina, conta ainda com os seguintes nomes: Cleoni Vera Tomazela (Vice), Jamila Abud Ali (2º Vice), Vilma de Almeida (Sec. Geral), Osni Vito (1º Secretário), Rodolfo Bortolado (2º Secretário), Roberto A. F. Cidade (Tesorero Geral), Ivone A. Leal (1ª Tesoureira) e Nancy G. Prando (2ª Tes.).

Sala das Sessões, em 19.04.89.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 630

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente a diretoria da SOCIEDADE RURAL DO PARANÁ, pelo sucesso obtido durante a realização da 29ª Exposição Agropecuária e Industrial de Londrina.

Sala das Sessões, em 19.04.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 631

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de congratulações ao advogado paraense Sr. Ophir Filgueiras Cavalcante pela sua eleição e posse frente a Ordem dos Advogados do Brasil, no dia 1º de abril último.

Requer, ainda, que do mesmo seja dada ciência ao ilustre Presidente, bem como a todos os membros do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Sala das Sessões, em 19.04.89.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

O paraense Ophir Filgueiras Cavalcante, de 51 anos, foi eleito no dia 1º de abril último o novo Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil e substitui o paulista Márcio Thomaz Bastos, de quem foi Vice-Presidente.

Sua liderança entre os advogados brasileiros firmou-se no episódio do assassinato do advogado e ex-Deputado Paulo Fontelles, no Pará, em 1987. Ophir presidia a seccional da OAB paraense pela segunda vez e comandou o movimento nacional de

protesto contra a imunidade dos assassinos. Na sua campanha nacional, prometeu lutar pela valorização da profissão, agredando uma corrente corporativista, que defende maior distanciamento da entidade das questões político-institucionais. Mas, em contrapartida, garantiu a manutenção das lutas pelos direitos humanos e o respeito à ordem institucional.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, a Ordem dos Advogados do Brasil, foi criada em 30 de novembro de 1930, e ao longo desses 68 anos a OAB muito tem contribuído para garantir o avanço da democracia em nosso País, eis a razão de nosso voto de congratulações.

Ao Presidente, bem como aos membros do Conselho Federal da OAB desejamos os nossos mais sinceros votos de pleno sucesso e êxito na gestão que ora se inicia.

REQUERIMENTO N° 632

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de congratulações ao Senhor Acrides Lazarotto Santos, Digníssimo Prefeito Municipal de Bocaiúva do Sul, bem como ao Sr. Ademir Costacurta, Digníssimo Presidente daquela Câmara de Vereadores, pelas comemorações alusivas ao 118º aniversário de fundação daquele Município, no dia 12 de abril do corrente ano.

Requer ainda, que do mesmo seja dada ciência aos ilustres Senhores.

Sala das Sessões, em 19.04.89.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, Senhores Deputados, dia 12 de abril de 1989 foi a data comemorativa aos 118 anos de fundação de Bocaiúva do Sul, nome dado em homenagem a Quintino Bocaiúva. Trata-se do mais extenso município da região metropolitana de Curitiba, com 1.454 km² de área, situado a 35 km da Capital e possui 14 mil habitantes dispostos a transformar essa pacata cidade. Tem uma economia baseada na extração da madeira, entre elas a bracatinga. A sua população, em grande maioria, são trabalhadores rurais.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, é com objetivo de homenagear essa humilde gente, honrada, honesta e trabalhadora que com o seu trabalho contribui significativamente para o desenvolvimento do nosso Paraná, é que auguramos nossos sinceros votos de congratulações nesta data festiva da fundação de Bocaiúva do Sul, para o quê, contamos com a anuência dos demais nobres Pares desta augusta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 606

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, a instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito composta por 8 (oito) Deputados para apurar possíveis irregularidades na implantação e funcionamento do SUDS no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 19.04.89.

(a) HAROLDO FERREIRA

Apoiamento: Valderi Mendes Vilela, Namir Piacentini, David Cheriegate, Antônio Costenaro Neto, Raul Lopes, Nelson Vasconcellos, Antônio Bárbara, Irondi Pugliesi, Rafael Greca, Pedro Tonelli, Luiz Alberto Oliveira, Basílio Zanusso, Hermas Brandão, Paulo Furiatti, Edmar Luiz Costa, Paulino José Delazeri, Algaci Túlio, Nereu Carlos Massignan, José Rogério Carvalho, Ferrari Júnior.

JUSTIFICATIVA:

Na qualidade de membro da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, recebemos através da:

- Associação Médica do Paraná
- Sindicato dos Médicos do Estado do Paraná
- Associação Paranaense dos Farmacêuticos
- Sindicato dos Enfermeiros do Estado do Paraná
- Associação dos Servidores da Fundação Caetano Munhoz da Rocha
- Centro Brasileiro de Estudos de Saúde
- Sindicato dos Servidores Públicos Federais da Saúde e Previdência Social no Paraná
- Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais dos Serviços de Saúde e Previdência Social do Estado do Paraná
- Central Única dos Trabalhadores
- Fórum Paranaense de Trabalhadores em Empresas e Serviços Públicos
- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Refino, Destilação, Exploração e Produção de Petróleo nos Estados do PR/SC,

denúncia de irregularidades na implantação do SUDS/PR e na aplicação de recursos provenientes deste convênio, quais sejam:

1. Não aprovação de nenhuma prestação de contas efetuadas pela SESA/PR junto ao INAMPS e Tribunal de Contas da União;
2. Compra de veículos com recursos do SUDS sem processo de licitação pública;
3. Compra de 100 (cem) aparelhos de raio-X de 30 (trinta) milí/ampère, cuja utilização teve parecer contrário do Colégio Paranaense de Radiologia;
4. Compra de hospital com valor superdimensionado;
5. Aplicação dos recursos SUDS em despesas fora da finalidade do convênio como pagamento de honorários advocatícios, operação verão e doação para terceiros

(bóias-frias de Quatiguá);

6. Declarações desencontradas feitas pelo Secretário da Saúde Delcino Tavares da Silva, quando do atraso do pagamento de serviços prestados na área da assistência médica, pela rede de prestadores de serviços contratados, conveniados e credenciados, que se chocam com a "nota de esclarecimento" divulgada pelo Presidente do INAMPS José de Ribamar Pinto Serrão;

7. Não aplicação dos recursos repassados pelo INAMPS no primeiro trimestre de 1988 cujo montante é de Cz\$ 728.349.000,00, foi aplicado no mercado financeiro.

Por isso, com base no artigo 16 inciso V da Constituição Estadual e artigo 34, parágrafo único do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, requeremos junto aos nossos pares a instalação da referida comissão.

REQUERIMENTO N° 625

Senhor Presidente.

O Deputado PAULO FURIATTI, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Ilustríssimo Senhor Roberto Pinto Ribeiro, Presidente da Federação do Empregados em Estabelecimentos Bancários do Paraná, moção de apoio e solidariedade ao movimento grevista dos bancários do Estado por reajuste salarial.

Sala das Sessões, em 19.04.89.

(a) PAULO FURIATTI

REQUERIMENTO N° 628

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor CARLOS ANTONIO DE ALMEIDA FERREIRA, digníssimo Presidente do Banco do Estado do Paraná, solicitando seja instalada agência na Avenida Senador Salgado Filho - Bairro Uberaba - nesta Capital.

Sala das Sessões, em 19.04.89.

(a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação é de iniciativa dos moradores do bairro Uberaba, formulada através do Vereador FABIANO BRAGA CÔRTEZ JÚNIOR. Ocorrendo a instalação da referida agência, certamente contribuirá para o desenvolvimento do bairro citado, bem como os bairros adjacentes, especificamente o Guabirotuba, Jardim das Américas, Santa Bárbara, Jardim Centauro, Vila Lorena, Vila Santa Maria, Vila Maidem, Vila Rio, Vila Marques, Jardim Caliari, Jardim Petrópolis.

Aguardamos com a maior brevidade pos-

sível a concretização desta justa reivindicação e contamos com a aprovação dos nobres Pares.

REQUERIMENTO N° 608

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado ofício a Fundação Educacional do Estado do Paraná, solicitando estudo no sentido de se incluir como prioridade a construção de uma escola estadual no Conjunto Parigot de Souza, localizado no Jardim Paulista de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 19.04.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O Conjunto Parigot de Souza é composto de 426 unidades residenciais, construídas recentemente num bairro de grande densidade populacional, o que conseqüentemente resulta em elevado número de jovens que necessitam freqüentar os bancos escolares.

Além disso na área que se localiza o referido bairro, e também em suas proximidades, inexistente escola estadual, fazendo com que muitas vezes, alunos que tenham que se deslocar a grandes distâncias para prosseguirem em seus estudos.

REQUERIMENTO N° 609

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado ofício a LBA - Legião da Boa Assistência, solicitando a doação de pacotes de leite para alimentar as crianças carentes do município de Engenheiro Beltrão.

Sala das Sessões, em 19.04.89

NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação prende-se ao fato do município de Engenheiro Beltrão ser essencialmente agrícola, e em conseqüência disto abriga elevado número de "bóias-frias", que vivem em condições precárias, existindo uma carência bastante acentuada na área de alimentação, principalmente.

As agentes sociais do município não conseguem a doação de alimentos junto a comunidade, capaz de suprir todos os pedidos das pessoas carentes, que na maioria das vezes possuem crianças, que sequer contam com um litro de leite por dia.

REQUERIMENTO N° 610

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado ofício a LBA - Legião da Boa Assistência, solicitando a doação de cobertores e agasalhos para a A.P.M.I. e

A.P.A.E. do município de Engenheiro Beltrão.

Sala das Sessões, 19.04.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação faz-se necessária em razão da proximidade do inverno, que certamente trará grandes preocupações a A.P.M.I. e A.P.A.E. do município de Engenheiro Beltrão, entidades estas que mantêm a Creche Pe. Leoni Pientik, com 120 crianças e o Abrigo de Menores São Vicente de Paula, com 17 crianças abandonadas, respectivamente.

Atualmente ambas as entidades não dispõem de recursos suficientes para a aquisição de cobertores e agasalhos, itens estes que se não conseguidos trarão grandes sofrimentos aos menores no período do inverno.

REQUERIMENTO N° 611

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado ofício à Fundação Educacional do Estado do Paraná, no sentido de que esta instituição repasse verbas para a construção de 6 salas de aula, para que se dê início ao funcionamento do ensino de 2° grau no município de Corumbataí do Sul.

Sala das Sessões, em 19.04.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Nosso pedido encontra respaldo no fato de atualmente não existir instalações físicas adequadas para que o ensino de 2° grau possa ser iniciado no município de Corumbataí do Sul, emancipado recentemente, possuindo elevado número de jovens aptos a desenvolverem seus estudos pré-vestibulares, e que para assim fazerem são obrigados a se deslocarem para outros municípios, ocasionando custos e transtornos variados, implicando em perdas irreparáveis.

É necessário, portanto, que esta Instituição atente para o caso, buscando solucioná-lo no prazo mais breve possível, evitando maiores prejuízos a comunidade estudantil do referido município.

REQUERIMENTO N° 619

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, encaminhe-se ao digno Presidente da TELEPAR solicitação para que autorize os estudos para instalação de Posto de Serviço Telefônico em local que possa servir às localidades de Linha Hobold e Rio Pedreiro, no município de Francisco Beltrão.

Sala das Sessões, em 19.04.89.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

A região do Município onde se localizam as comunidades Linha Hobold e Rio Pedreiro, abrigam cerca de 150 famílias. Pela distância do centro urbano, são grandes as dificuldades de comunicação dessas comunidades com as demais áreas do município e, certamente, com a sede municipal, exacerbadas quando em presença de doença e outras ocorrências urgentes. Há muito os moradores dessa área reclamam um Posto Telefônico - que poderá ser instalado, para maior comodidade, num ponto centralizador entre as duas localidades. Pela importância da reivindicação - importância social e econômica, rogamos aos nobres Pares desta Assembléia Legislativa apoiarem o presente pedido.

REQUERIMENTO N° 623

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, abaixo subscrito, REQUER na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial do Poder Legislativo, ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, gestionando pela instalação, em caráter emergencial, de um módulo policial no Jardim Santos Andrade, nesta capital.

Há uma generalizada sensação de medo e insegurança no seio da sociedade curitibana. Da aristocracia aos cinturões de miséria, essa sensação intimida e enclausura os cidadãos em seus lares.

Mesmo assim, ninguém se coloca a salvo da onda de violência e delinquência que assola e corrompe o processo sadio da convivência comunitária.

Representantes do Poder Público devem estar atentos à violência, desenvolvendo mecanismos que reprimam as suas ações e, principalmente, que as evite, protegendo, acima de tudo, a família e o lar: unidades fundamentais da sociedade.

Aguardamos, portanto, um pronunciamento sensível e favorável da pasta requerida, à questão ora apresentada.

Sala das Sessões, em 19.04.89.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 624

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, abaixo subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente deste Poder Legislativo ao Diretor Presidente da TELEPAR - Companhia de Telecomunicações do Paraná - gestionando pela instalação de um aparelho telefônico comunitário no Bar e Mercadoria Altaí Ltda, à Rua Antônio Moreira Lopes, 87 no Bairro do Cajuru, nesta capital.

Tal solicitação reside na necessidade

de contornar as dificuldades apresentadas pelos moradores da localidade em questão, quanto à comunicação telefônica, dada a grande distância do aparelho público mais próximo, o que inviabiliza, inclusive, um atendimento rápido e eficiente em casos de emergência, como médico, corpo de bombeiros e polícia militar.

Há que considerar ainda a grande onda de violência que assola a nossa urbe e à qual está exposta toda a comunidade, cabendo, portanto aos poderes constituídos, garantir, exatamente, a segurança e integridade dos cidadãos, oferecendo condições favoráveis para isso.

Que da decisão deste Poder dê-se ciência à Associação de Moradores e Amigos do Jardim Acrópole, nesta Capital

Sala das Sessões, em 19.04.89.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 604

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente aos Excelentíssimos Senhor Governador do Estado e Secretário do Desenvolvimento Urbano, bem como ao Ilustríssimo Senhor Diretor Presidente da Companhia e Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de que enviem os suficientes e necessários esforços, com a devida urgência, para a solução do impasse que ocorre com o movimento reivindicatório da referida empresa, não permitindo a ocorrência da situação caótica que se pronuncia na leitura do manifesto divulgado pelos sindicatos da categoria.

Sala das Sessões, em 19.04.89.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

REQUERIMENTO N° 605

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Heinz Georg Herwig, digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando sejam determinadas providências junto ao setor competente, no sentido de cascalhamento do trecho rodoviário Palmital a Ipiranga, o qual apresenta-se em precárias condições de tráfego e oferecendo toda sorte de risco ao transeunte pela má conservação.

Por outro lado, havendo impedimento para a execução da obra acima mencionada, requer medidas visando minimizar as dificuldades apresentadas, dando-se, assim, prioridade ao cascalhamento do trecho Palmital à localidade denominada Faxinal do Tanque, de aproximadamente 6 km, e de Ivaí a Saltinho, de 3 km, que, comparado aos

demais é o que está a requerer providências imediatas, a fim de que possa oferecer condições de trafegabilidade.

Sala das Sessões, em 19.04.89.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 622

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, abaixo subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial do Poder Legislativo, à Delegacia Regional do Trabalho no Estado do Paraná, solicitando imediatas providências quanto à grave situação funcional a que estão submetidos os trabalhadores da indústria de Papel São Marcos, localizada no Município de Morretes e com filial em Porto de Cima.

É inadmissível que trabalhadores honestos, laborando pelo sustento de suas famílias, sejam obrigados a exercerem funções alheias àquelas para as quais foram contratados; tenham que trabalhar sem as mínimas condições de insalubridade, higiene e dignidade, sejam pressionados, coagidos e explorados;

Se o Estado não promove, deve manter-se atento, ao menos, para que, sob seus olhos, não sejam acometidas atrocidades e injustiças.

A função da Delegacia Regional do Trabalho é, exatamente, a de fiscalizar as condições de trabalho, zelando pela segurança dos trabalhadores.

Se necessário, é preciso severa intervenção, para que mortes não justifiquem lucros astronômicos e fáceis.

Esta Casa estará, sem dúvidas, atenta, para as providências a serem tomadas pela Delegacia Regional do Trabalho, a fim de que as duas mortes que já ocorreram não venham a somar-se a um grande número, já existente, institucionalizando o crime e inferiorizando a vida humana, à ganância e ambição desenfreadas.

Que envie-se ainda à Delegacia Regional do Trabalho, o original do nosso pronunciamento, nesta data, nesta Assembléia Legislativa.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na cidade de Morretes está instalada a Indústria de Papel São Marcos que possui, ainda, uma filial em Porto de Cima, no mesmo município.

Ocorre que, aproximadamente, 280 funcionários que ali trabalham, sem as mínimas condições de segurança, fato que já provocou várias mortes.

O operário conhecido como "Baiano", acabou morrendo no interior de uma caldeira na qual foi obrigado a entrar, após ter sido desligada, num espaço inferior a 15 horas, estando, ainda, quente e liberando gases.

Esse trabalhador, pai de sete filhos, acabou morrendo, por asfixia, permanecendo três horas no interior da caldeira, transformando-se num espetáculo hediondo, com a sua pele toda dilacerada.

O caso acabou sendo abafado, não chegando às páginas dos jornais, sendo do conhecimento apenas dos funcionários que, ameaçados, tiveram de calar-se.

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Papel, Papelão e Cortiça de Morretes, fundado em 1944 mas, que sempre foi controlado pela empresa, nada fez.

Segundo denúncias, a morte deste trabalhador foi considerada, pela necrópsia, como natural, em função de um mau súbito.

No entanto, é preciso esclarecer que, no caso de uma caldeira desligada, existe um mecanismo chamado Pirômetro, medidor de temperaturas e indicador da presença de gases. Esses aparelhos não foram respeitados e, simplesmente, mandaram que o trabalhador entrasse na caldeira.

Agora, recentemente, ocorreu uma greve dos trabalhadores em razão dos baixos salários, das péssimas condições de trabalho e por problemas de insalubridade.

Isso em função de que o papel velho, que é comprado, vem misturado com o papel higiênico utilizado. Todo esse material é levado para uma máquina chamada Hidrapuper.

Toda essa operação é executada por trabalhadores, na maioria das vezes, sem luvas ou, mesmo com luvas rasgadas. Quanto às botas, o trabalhador que as quiser deverá comprá-las.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Muitos trabalhadores hoje, são portadores de doenças, estão contaminados e, não há dúvida, que sejam portadores de moléstias não diagnosticadas, sendo, portanto, agentes transmissores em potencial.

Diante desses fatos, os empregados que aderiram à greve foram, literalmente, arrancados das suas casas, porque a greve era pacífica e não haviam piquetes, mediante força policial e sob ameaça de armas do Diretor Presidente da empresa, Paulo Cleve do Bonfim.

O resultado disso é que os funcionários grevistas acabaram indo à justiça, por intimação do Meretíssimo Juiz, onde foram, estranhamente, acusados de estarem cometendo atos de terrorismo.

No dia 15 próximo passado, mais um trabalhador morreu, em consequência da falta de segurança: Salvador Gomes de Amorim, casado, três filhos, foi abrigado a subir a uma altura de, aproximadamente, dez metros, para efetuar conserto no telhado do barracão da firma, numa função que não é a sua, sem qualquer dispositivo de segurança e que, lamentavelmente, acabou despencando para a morte.

A situação que envolve quase 300 funcionários da Indústria de Papel São Marcos, Morretes, é das mais graves e exige uma investigação da Delegacia Regional do Trabalho, à qual estamos encaminhando um pedido de providências, através deste Poder.

Não se admite que uma empresa exerça a pressão e a coerção sobre um trabalhador, tentando de todas as formas, desarticular o Sindicato, mandando cartas aos trabalhadores, acusando - pasmem os Senhores - alguns funcionários de terrorismo. Afirmam, ainda, que a greve fracassou, mandando os empregados assinarem cartas de desligamento do Sindicato que, ao contrário, deveria defendê-los.

Várias denúncias foram formuladas à Delegacia Regional do Trabalho, nesta capital, porém, nenhuma encontrou resposta. A única providência tomada pela Delegacia, foi a exigência de uma CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes).

Recebemos hoje uma comissão de trabalhadores e parentes de empregados da Indústria de Papel São Marcos que nos entregaram alguns documentos relativos às denúncias.

Essa comissão veio acompanhada do Presidente do Sindicato, Evaldo Antonio Lemes que tem sido vítima de perseguições, ameaças de diversos aspectos e que se encontra em situação muito difícil, em função de que não deseja ceder a essas pressões.

Ainda hoje, a comissão esteve na Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Paraná, onde foi também, encaminhada a denúncia.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Através da nossa proposição a esta Casa, que temos certeza, Vossas Excelências não de somar-se, pedindo um pronunciamento sério e a imediata tomada de providências pela Delegacia Regional do Trabalho, a fim de coibir as ações de violência e crueldade patrocinadas pela Indústria de Papel São Marcos.

É preciso respeitar-se não só a soberana Constituição Federal, promulgada há menos de um ano, que legitima a livre organização e assegura o direito de greve e reivindicação, como é imprescindível guardar os padrões e determinações das Organizações das Nações Unidas, na Comissão do Trabalho, que obriga as indústrias a zelarem e responsabilizarem-se pelos seus empregados, criando condições dignas de trabalho.

É exigido o respeito à vida humana.

Sala das Sessões, em 19.04.89.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 629

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

Curitiba, quarta, em 19.04.89.

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, objetivando a prorrogação do prazo de validade do Concurso Estadual de 1.ª a 4.ª séries, realizado no ano de 1986.

Sala das Sessões, em 19.04.89.

(a) ANTÔNIO COSTENARO NETO

JUSTIFICATIVA:

Os professores que foram aprovados neste concurso público, certamente despenderam muitos esforços para conseguirem aprovação diante do elevado número de candidatos. Depositaram a sua confiança que, após aprovados, seriam admitidos pelo Governo do Estado.

Hoje, além da expiração do prazo de validade do referido concurso, expiram-se também as esperanças daqueles que, devidamente habilitados aguardam ansiosos a convocação para assumirem o magistério.

Trata-se fora de qualquer dúvida, de uma iniciativa que por certo merecerá a atenção desejada, tendo em vista o inquestionável interesse da classe de professores.

REQUERIMENTO N° 616

Senhor Presidente.

O Deputado que a presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, SOLICITA, após ouvido o Plenário, seja indicada a DD. Secretária da Educação, Gilda Poli, a urgente necessidade de serem construídas mais quatro salas de aula - duas no Colégio Arnaldo Busatto e duas no Colégio São João Batista de La Salle, localizados no Município de Verê.

Sala das Sessões, em 19.04.89.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

O aumento da população em idade escolar não tem sido convenientemente acompanhado da necessária oferta de salas de aula, o que tem estigmatizado o ensino em geral, especialmente do 1º Grau, institucionalizando mesmo a falta de espaço físico, em contraposição ao princípio constitucional, estabelecido historicamente, pelo qual a educação é dever do Estado e o ensino será ministrado, nos diferentes graus, pelos Poderes públicos. A constituição, promulgada a 5 de outubro de 1988, foi um pouco mais longe, responsabilizando a autoridade que negligenciar a oferta de ensino obrigatório.

Apesar do dever constitucional, a falta de salas de aula e o comprometimento do espaço físico das escolas tem sido uma dolorosa constante em confronto com outras atividades governamentais as quais melhor tem partilhado recursos.

Pelo exposto, é justa a reivindicação das autoridades do município de Verê que ora submetemos ao Augusto Poder Legislativo, como indicação a Sua Excelência Secretária da Educação.

REQUERIMENTO N° 615

Senhor Presidente.

O Deputado que a presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, SOLICITA, após ouvido o Plenário, seja indicada ao Sr. Superintendente da Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR, a necessidade urgente de ampliações e reformas no Colégio Mário de Andrade, no município de Francisco Beltrão, conforme relacionado a seguir:

1. construção de SALA PARA BIBLIOTECA
2. construção de SALA PARA ESCOLA DE DACTILOGRAFIA E ESCRITÓRIO MODELO
3. reforma e ampliação da QUADRA DE ESPORTES existente e sua COBERTURA; construção de espaço coberto para práticas de Educação Física
4. construção de DOIS (02) BANHEIROS e reforma do existente
5. construção de SALA PARA AULAS PRÁTICAS E EXPERIMENTAIS DE QUÍMICA
6. construção de SALA PARA AMOXARIFADO
7. construção de MURO COM GRADE DE FERRO no perímetro do terreno do COLÉGIO.

Sala das Sessões, em 19.04.89.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Pela relação de obras acima, justifica-se plenamente a indicação ora feita ao Sr. Superintendente da FUNDEPAR.

Nos seus 25 anos de existência, o Colégio Estadual Mário de Andrade conquistou justo renome em toda a Região, graças à excelência do ensino ministrado.

A qualidade do ensino gerou grande interesse que tem aumentado a procura de matrículas - muito acima dos aumentos verificados normalmente ao início dos anos letivos.

Em razão disso, o espaço físico do Colégio não atende - há muitos anos - a significativa demanda; e muitas dependências precisaram ser improvisadas. Exemplo dessa flagrante carência de espaço físico é o relativo às aulas de química, cujo laboratório para aulas práticas e experimentais foi, como outros itens, improvisado, a fim de não privar os alunos de pelo menos alguns rudimentos do currículo.

A ora solicitada indicação é, portanto, plenamente justificada pela situação de grande dificuldade de espaço físico do Colégio Mário de Andrade. As instalações sanitárias, por outro exemplo, foram construídas há mais de 12 anos para cerca de 800 alunos e 30 professores. Nos dias atuais o Colégio abriga cerca de 2.500 alunos e 120 professores, estes utilizam-

do-se de um banheiro único.

Estamos certos de que os nobres Pares, conhecedores da realidade paranaense, apoiarão esta solicitação.

REQUERIMENTO N° 617

Senhor Presidente.

O Deputado que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, SOLICITA, após ouvido o Plenário, seja indicada ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, a necessidade de incluir no programa de pavimentação de estradas vicinais, o trecho entre Sede Progresso - Vista Alegre, no Município de Verê.

Sala das Sessões, em 19.04.89.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

A necessidade de revestir com pedras irregulares o citado trecho, tem sido argumentada repetidamente pelo Executivo e Legislativo de Verê. De acordo com informações colhidas das autoridades locais, aquele segmento vicinal já teria sido incluído em programas de trabalho do exercício anterior não tendo sido implementada a obra por razões desconhecidas.

Justifica-se a sua necessidade pelo fato de representar a ligação Sede Progresso - Vista Alegre, importante via de escoamento de ponderável parte da produção agrícola e pecuária de Verê. Além do mais explicado, a implantação e implementação da solicitada obra permitiria ao Município lotar parte da mão-de-obra disponível - também ali representada por pessoas carentes.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 008/89

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Ficam extintos, da estrutura do Poder Legislativo, os cargos em Comissão, da simbologia DAS, de Diretor Adjunto e Coordenador Adjunto.

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.04.89.

(a) JOSÉ FELINTO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 087/89

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a COMISSÃO DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE DE CÉU AZUL - PROMAZUL, com sede e foro no município de Céu Azul, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as

disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.04.89.

(a) PEDRO TONELLI

JUSTIFICATIVA:

O meio ambiente tem se tornado um tema de fundamental importância no atual momento. A conservação do que resta é uma tarefa de todos. Quando a comunidade se organiza para tal tarefa, os méritos são ainda maiores, pois é a sociedade que se organiza e a PROMAZUL tem esta finalidade. Entendemos ser, portanto, motivo suficiente para apoiar tal projeto de lei que ora estamos apresentando.

PROJETO DE LEI N° 088/89

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a CASA DO ESTUDANTE NIPO-BRASILEIRA DE CURITIBA - CENIBRA, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.04.89.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

A Casa do Estudante Nipo-Brasileira de Curitiba - CENIBRA, sito à Rua Atílio Bório, 71, no Bairro do Cristo Rei, nesta Capital, que pretendemos seja declarada de utilidade pública, dentro de suas finalidades estatutárias, presta à comunidade de sua Casa, gratuitamente, atividades sociais, culturais e esportivas dos mais variados segmentos, como podemos constatar em seu relatório de atividades do exercício de 1988, tendo sempre em vista o interesse comum dos moradores da Casa.

A documentação que acompanha o presente projeto de lei, por si só comprova o preenchimento das normas legais exigidas na legislação vigente.

Nas condições expostas é que apresentamos o referido projeto de lei, esperando contar com o apoio e posterior anuência dos demais nobres Pares desta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 089/89

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a UNIÃO DA MULHER MARINGAENSE - U.M.M. com sede e foro na cidade de Maringá, estabelecida na Rua Vitorio Balani, 698, naquele município.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.04.89.

(a) ANTONIO BÁRBARA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei, que hoje apresentamos para a devida apreciação desta augusta Casa de Leis e que declara de utilidade pública a União da Mulher Maringense, é nada mais e nada menos do que o nosso reconhecimento pelo trabalho que a entidade tem desenvolvido junto às famílias carentes, aos idosos e principalmente junto às crianças abandonadas, procurando tirá-las das ruas e integrá-las à sociedade.

A entidade acima mencionada, é dirigida por um grupo de mulheres que muitas vezes deixam seus afazeres e suas próprias famílias para levar o carinho e o atendimento para as pessoas que realmente precisam ao menos de um pouco de carinho e do amor da nossa sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Anibal khury) - Não havendo oradores inscritos nem no Pequeno e nem no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Com a palavra a Representação do PDS.
- (Declina).

Com a palavra a Representação do PDC.
- (Declina).

Com a palavra a Representação do PDT.
- (Declina).

Com a palavra a Representação do PFL.
- (Declina).

Com a palavra a Representação do PTB.
- (Declina).

Com a palavra a Representação do PTN.
- (Declina).

Com a palavra a Representação do PL. -
(Declina).

Com a palavra a Representação do PSDB.
Com a palavra, o Deputado Haroldo Ferreira.

O SR. HAROLDO RODRIGUES FERREIRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós demos entrada nesta Casa a um requerimento com a finalidade de instalar na Assembléia Legislativa do Paraná uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a questão do funcionamento do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde, do Paraná.

Devo dizer que no dia 10 de abril recebi um dossiê assinado pela Associação Médica do Paraná, assim como pelo Sindicato dos Médicos do Paraná, um dossiê devidamente apoiado pela central Única dos Trabalhadores do Paraná, Associação dos Servidores da Fundação Caetano Munhoz da Rocha, Sindicato dos Servidores Públicos Federais da Saúde e Previdência Social no Paraná, Fórum Paranaense de Trabalhadores em Empresas e Serviços Públicos, Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais dos Serviços de Saúde e Previdência Social do Es-

tado do Paraná, Centro Brasileiro de Estudos de Saúde Nacional, Sindicato dos Trabalhadores, Exploração e Produção de Petróleo nos Estados do Paraná e Santa Catarina, Associação Paranaense dos Farmacêuticos, Conselho Regional de Farmácia, Associação Maringaense dos Farmacêuticos, Sindicato dos Psicólogos do Paraná, Conselho Regional de Assistentes Sociais do Paraná, Associação Médica de Palotina, Sociedade Brasileira de Dermatologia - Seção do Paraná, Associação Médica de Toledo, Associação Médica do Vale do Tibagi, Associação Médica do Vale do Ivaí, Associação Médica de Londrina, Associação Médica de Ubatuba, Sociedade Médica de Maringá, Associação Regional de Marechal Cândido Rondon, Associação Médica do Extremo Noroeste do Paraná, Associação Médica de Cambé, Associação Médica de Ponta Grossa, Associação Médica de Telêmaco Borba, Associação Médica de Santo Antônio da Platina, Associação Médica de Umuarama, Associação Médica de Paranavaí, Associação Médica de Campo Mourão, Associação Médica Iguaçu, Associação Médica de Assis Chateaubriand, Associação Médica Sudoeste Novo, Associação Médica de Porto União da Vitória, Associação Médica da Lapa.

Todas essas entidades solicitando e apoiando a iniciativa da Associação Médica e do Sindicato dos Médicos do Paraná para instalação da CPI nesta Assembléia para analisar a questão do SUDS no Estado do Paraná.

Com alguns documentos e relatório apresentado pela Associação Médica que levanta possíveis irregularidades na implantação do SUDS, bem como na aplicação dos recursos advindos por meio desse convênio.

Dentre as irregularidades mencionadas, citam-se:

1 - compra de veículos com recursos do SUDS sem o devido processo de licitação pública;

2 - compra de Hospital com valor super-dimensionado;

3 - compra de 100 (cem) aparelhos de Raio-X, de 30 mili/âmpères, cuja utilização prevista pela SESA/PR teve parecer contrário do Colégio Paranaense de Radiologia;

4 - aplicação dos Recursos SUDS em despesas fora da finalidade de convênio, como o pagamento de honorários advocatícios, operação-verão e doação para terceiros;

5 - não aplicação dos recursos repassados pelo INAMPS via SUDS no primeiro trimestre de 1988 na rede pública e sim aplicado no mercado financeiro.

Paralelo a essas denúncias, de parte de entidades representativas como as ante-

riormente mencionadas, acompanhadas pela imprensa denúncias contra a forma como a Secretaria de Saúde do Paraná vem gerenciando sua Pasta, como a feita pelo Prefeito Antônio Elio Zagato do Município de Peabiru, publicada no dia 09.04.89 na "Folha de Londrina", com o seguinte destaque: "Prefeito presta contas e critica Secretário da Saúde".

O Secretário da Saúde do Estado do Paraná, Delcino Tavares, segundo palavras do Prefeito de Peabiru é um caloteiro que não cumpre o que promete, só enrola os pequenos municípios. A afirmação foi feita pelo Prefeito de Peabiru Antônio Elio Zagato durante a prestação de contas dos seus primeiros 90 dias de administração. Na imprensa também acompanhamos seguidas manifestações dos donos de hospitais que reclamam do atraso no pagamento dos serviços prestados. Nesse episódio o Secretário da Saúde veio a público e culpou o INAMPS. Paralelamente a isso o Presidente Nacional do INAMPS José Ribamar Pinto Serrão, divulga na imprensa nota de esclarecimento afirmando que efetuou o repasse aos Estados, inclusive ao Paraná, e que nada deve. Sabemos também do tratamento, com diferenças que são dadas a alguns municípios, como o Secretário da Saúde de Curitiba encaminhou a esta Casa, irregularidades no repasse de verbas do SUDS para a Secretaria Municipal de Curitiba. Somando a tudo isso, temos informações que desde a implantação do convênio SUDS no Estado do Paraná, nenhuma prestação de contas efetuadas pela Secretaria foram aprovadas e aceitas pelo INAMPS e o Tribunal de Contas da União.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados. Com esses dados em mãos, nos move nesse momento em que apresentamos, na Assembléia Legislativa, o requerimento da instalação da CPI, um momento em que a Secretaria de Saúde poderá, no âmbito desta Casa, trazer perante a população do Paraná, esclarecimentos, para que o serviço de saúde prestado à comunidade do Paraná seja, acima de tudo, transparente. E que os recursos do INAMPS, repassados ao Estado, sejam devidamente aplicados no setor da saúde e que venham de encontro aos interesses da população paranaense.

Com aparte o Deputado Rafael Greca.

O Sr. Rafael Greca - É só para referendar a sua intervenção e dizer que se houve em todo o Paraná os ecos do Encontro de Cambé, e, muitos municípios mesmo, começam a ter medo da implantação do Sistema Unificado de Saúde conforme é norma internacional e nacional, por causa dos episódios que envolvem 28 municípios que já estão integrados ao SUDS e o próprio município de Curitiba. Eu referendo as suas palavras

e acho que deve o Senhor Secretário dar esclarecimentos, não só a esta Assembléia como a toda a consciência médica e sanitária do Paraná.

Parabéns.

O SR. HAROLDO FERREIRA - Agradecendo a participação do Deputado Rafael Greca, esperamos que a CPI seja um instrumento para o esclarecimento de todas essas questões do setor de Saúde do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) O PMDB com a palavra.
(Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 49 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado José Felinto, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando a inversão da Ordem do Dia da presente sessão. Em votação.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem). A inversão em que parte da Ordem do Dia?

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A inversão, o começo no final. Os Senhores Deputados que aprovam a inversão queiram levantar-se:

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem) Solicito verificação de Votação.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa solicita ao 1º Secretário que proceda à chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Procede à chamada

nominal).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Responderam a chamada 30 Senhores Deputados. Vou proceder à verificação de votação. A Mesa solicita aos Senhores Deputados que tomem assento em seus lugares. Os Senhores Deputados que aprovam a inversão da Ordem do Dia queiram levantar.

Dois (2) Senhores Deputados aprovam a inversão da Ordem do Dia.

Os Senhores Deputados que rejeitam queiram levantar-se.

Vinte e Oito (28) a rejeitam.

(Palmas).

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 69/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 42/89), que objetiva reajustar, a partir de 1º de abril de 1989, os vencimentos dos funcionários dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado e o soldo dos integrantes da Polícia Militar. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Com EMENDA DE PLENÁRIO.

Sobre o referido projeto, emendas em número de (três) 3, de autoria dos Senhores Deputados Pirajá Ferreira, Hermas Brandão e José Rogério Carvalho, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI Nº 069/89 EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

Art. 1º - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos Quadros dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, do Quadro de Pessoal efetivo do Tribunal de Contas do Estado e o Soldo dos integrantes da Polícia Militar, serão reajustados na forma abaixo:

I. A partir de 1º de abril de 1989, os vencimentos dos cargos integrantes do Quadro Próprio do Magistério, a título de complementação da variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor - IPC relativo ao período de janeiro a dezembro de 1988, deduzidas as antecipações concedidas a qualquer título, no período, mediante o acréscimo do índice percentual de 25,52% (vinte e cinco vírgula cinquenta e dois por cento) dos vencimentos vigentes em dezembro de 1988.

II. a partir de 1º de abril de 1989, os vencimentos dos funcionários dos Quadros do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Alçada, a título de complementação da variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor - IPC relativo ao período de janeiro a dezembro de 1988, deduzidas as

antecipações concedidas a qualquer título, no período, mediante o acréscimo do índice percentual de 38,76% (trinta e oito vírgula setenta e seis por cento) dos vencimentos vigentes em dezembro de 1988.

III. A partir de 1º de abril de 1989, os vencimentos dos cargos dos diversos Quadros de Pessoal Civil e Militar, exceto quanto aos tratados nos itens acima, a título de complementação da variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor - IPC relativo a período de janeiro a dezembro de 1988, deduzidas as antecipações concedidas a qualquer título, no período, mediante o acréscimo do índice percentual de 39,27% (trinta e nove vírgula vinte e sete por cento) dos vencimentos vigentes em dezembro de 1988.

Parágrafo Único - A partir de 1º de abril de 1989, os vencimentos dos cargos referidos no "caput" deste artigo, ficam reajustados, a título de antecipação, mediante o acréscimo do percentual de 3,60 (três vírgula sessenta por cento) correspondente ao IPC do mês de fevereiro de 1989, acrescido do percentual de 6,09% (seis vírgula zero nove por cento) correspondente ao IPC do mês de março de 1989, totalizando 9,91 (nove vírgula noventa e um por cento) sobre os vencimentos de abril de 1989.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a, mediante decreto, fixar as tabelas de vencimentos relativas ao artigo 1º.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros previstos no artigo 1º, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.04.89.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO

EM TERCEIRA DISCUSSÃO

DO PROJETO DE LEI Nº 69/89

Art. 1º - inclua-se onde couber no Projeto de Lei nº 69/89, as seguintes expressões: Magistratura, do Ministério Público e dos Conselheiros do Tribunal de Contas.

Sala das Sessões, em 19.04.89.

(a) HERMAS BRANDÃO

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO

EM TERCEIRA DISCUSSÃO

AO PROJETO DE LEI Nº 69/89

Artigo Único- O Parágrafo Único do Art. 1º do Projeto de Lei nº 69/89, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º -

I -

II -

III -

Parágrafo Único - A partir de 1º de maio de 1989, os vencimentos dos cargos referidos no "caput" deste artigo, ficam

reajustados, a título de antecipação, mediante o acréscimo do percentual de 70,28% (setenta vírgula vinte e oito por cento) correspondente ao IPC do mês de janeiro de 1989, acrescido dos percentuais de 3,60% (três vírgula sessenta por cento) correspondente a IPC do mês de fevereiro de 1989 e 6,09% (seis vírgula zero nove por cento) correspondente ao mês de março de 1989, totalizando 87,15% (oitenta e sete vírgula quinze por cento) sobre os vencimentos de abril de 1989."

Sala das Sessões, em 19.04.89.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

Apoiamento:

NEREU CARLOS MASSIGNAN

DAVID CHERIEGATE

RAUL LOPES

NELSON VASCONCELLOS

JUSTIFICATIVA:

A modificação ora pretendida objetiva corrigir um possível lapso na confecção da Mensagem do Poder Executivo que originou a matéria em questão.

Ocorre que o Parágrafo Único do Art. 1º, ao promover a correção da defasagem salarial causada pela inflação e medida pelo Índice de Preços ao Consumidor - IPC, fez referência aos meses de fevereiro e março do corrente ano, com os índices percentuais de 3,60% e 6,09%, respectivamente.

Atentando-se para o fato de que o mês de janeiro do corrente ano foi portador de uma inflação exorbitante, e que, conforme diz a própria Mensagem, o índice constante dos incisos do Art. 1º, relaciona-se a mera reposição a título de complementação da variação acumulada do IPC compreendido entre janeiro e dezembro de 1988, e o Parágrafo Único do mesmo artigo promove simples correção de defasagem e, ainda, conforme a exposição de motivos, busca o "Governo do Estado manter a remuneração dos servidores públicos estaduais em níveis justos e atualizados", não vemos como fugir a tais princípios preterindo um índice, o de janeiro último, que mais penalizou os servidores públicos.

Assim, a conveniente supressão do mês de janeiro no calendário de 1989, vem merecer nossa atenção e iniciativa, tornando a lei mais justa e equânime, verdadeiramente adequada à conjuntura sócio-econômica atual e, dentro deste espírito, esperamos o apoio dos nobres Pares desta Casa.

- Em votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (LE): "Emenda Substitutiva Geral ao Projeto de Lei nº 69/89 ...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Em dis-

cussão a emenda de autoria do Deputado Pirajá Ferreira. Em votação. Rejeitada.

O Sr. Artagão de Mattos Leão (Pela ordem) - Senhor Presidente, requeiro verificação de votação, com chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Inicia a chamada nominal)

O Sr. Nelson Vasconcellos (Questão de ordem) - Caro Presidente, Deputado Anibal Khury, gostaria que o Senhor invocasse, neste momento, a conduta e o critério que vem impondo a esta Assembléia, de acordo com a chamada nominal. Se havia, na chamada nominal, trinta Deputados que a responderam, para esta matéria, eu acho que não há mais por quê verificação de "quorum" e nem novamente chamada nominal, porque assim, por várias votações, aqui foram procedidas. E espero que o seu critério seja o mesmo, para hoje.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O critério permanece o mesmo, só que Vossa Excelência aduz ao requerimento de inversão da Ordem do Dia, que foi feita chamada nominal. Prossegue a chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Procede à chamada nominal....)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Responderam a chamada 31 Senhores Deputados. A Mesa alerta para o § 2º, art. 176, que vai cumpri-lo: "É vedado a qualquer Deputado retirar-se do recinto no momento de votar-se uma proposição ou parte da mesma. E caso haja votado por ocasião da verificação correspondente."

Votação da emenda nº 1, autoria do Deputado Ferrari Júnior já aprovada em 2ª discussão. Aprovada.

Emenda nº 2, Ferrari Júnior, em votação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Eu solicito a Vossa Excelência o resultado da votação da emenda do Deputado Ferrari Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Trinta Senhores Deputados aprovaram e apenas um rejeita.

Emenda Deputado José Rogério, que será lida pelo Senhor 1º Secretário.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO (Pela ordem) - Eu solicito que seja retirada esta emenda.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa

Curitiba, quarta, em 19.04.89.

consulta aos demais subscritores se estão de acordo com a retirada.

Deputado Raul Lopes (concorda); Nereu Massignan (concorda); Nelson Vasconcellos (concorda).

Retirada a emenda.

Emenda de autoria do Deputado Hermas Brandão: "Inclua-se no Projeto de Lei nº 69/89 as expressões conforme se justificam. Inclua-se onde puder, no Projeto de Lei nº 69/89, as seguintes expressões: "magistratura do Ministério Público dos Conselheiros do Tribunal de Contas." Senhores Deputados que aprovam queiram se conservar como estão. Rejeitada.

Em votação o projeto. Aprovado. O projeto irá à Redação Final.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 219/88, de autoria do Deputado NEREU MASSIGNAN, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE DOIS VIZINHOS", com sede e foro em Dois Vizinhos. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no DA. nº 74, de 01.08.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 219/88

AUTOR: DEPUTADO NEREU MASSIGNAN

O projeto ora em análise, de autoria do nobre Deputado Nereu Carlos Massignan, tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Dois Vizinhos, com sede e foro no Município de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.

Tendo em vista os trabalhos realizados pela Associação acima citada à população local, e não encontrando princípio constitucional violado, nosso parecer é FAVORÁVEL à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 22.11.88.

(a) VALDERI MENDES VILELA

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR PROJETO DE LEI Nº 219/88

PARECER:

Vindo a esta Comissão para dar o seu devido parecer, o presente Projeto de Lei nº 219/88, de autoria do nobre Deputado NEREU CARLOS MASSIGNAN, que visa declarar de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE DOIS VIZINHOS, com sede e foro naquele município.

A citada entidade através da documentação anexada ao projeto de lei em tela, principalmente pelo Relatório de Atividades, vem realmente confirmar haver interesse para o consumidor a sua declaração de utilidade pública estadual.

Assim sendo, de conformidade com a Resolução nº 26/83, que cria e reza da com-

petência desta Comissão de Defesa ao Consumidor, é nosso parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela aprovação do referido projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.12.88.

(aa) PAULO FURIATTI

Presidente

JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 232/88, de autoria do Deputado NEREU CARLOS MASSIGNAN, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE AMPARO AS PESSOAS IDOSAS WAJUN-KAI" de Maringá. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no DA. nº 79, de 09.08.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 232/88

PARECER:

O presente plano de lei de autoria do nobre Deputado NEREU CARLOS MASSIGNAN tem por finalidade declarar de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE AMPARO AS PESSOAS IDOSAS WAJUN-KAI", com sede e foro na cidade de Maringá.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente a matéria - Lei nº 6.994 de 10.01.78, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.11.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

BASÍLIO ZANUSSO

Relator

COMISSÃO DE DEFESA AO CONSUMIDOR
PROJETO DE LEI Nº 232/88

PARECER:

Vindo a esta Comissão para dar o seu devido parecer, o presente Projeto de Lei nº 232/88, de autoria do nobre Deputado NEREU CARLOS MASSIGNAN, que visa declarar de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE AMPARO AS PESSOAS IDOSAS WAJUN-KAI, com sede e foro em Maringá.

A citada entidade através da documentação anexada ao projeto de lei em tela, principalmente pelo Relatório de Atividades, vem realmente confirmar haver interesse para o consumidor a sua declaração de utilidade pública.

Assim sendo, de conformidade com a Re-

solução nº 26/83, que cria e reza da competência desta Comissão de Defesa ao Consumidor, é nosso parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela aprovação do referido projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.12.88.

(aa) PAULO FURIATTI

Presidente

JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 260/88, de autoria do Deputado EDMAR LUIZ COSTA, que declara de utilidade pública a "FUNDAÇÃO DE AÇÃO ROTÁRIA", com sede e foro no Município de Ponta Grossa. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. nº 93, de 13.09.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 260/88

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Edmar Luiz Costa, tem por finalidade declarar de utilidade pública a FUNDAÇÃO DE AÇÃO ROTÁRIA, com sede e foro no Município de Ponta Grossa.

Ao analisar o mesmo, vemos que a referida entidade encontra-se de acordo com os ditames da Lei nº 6.994, datada de 10.01.78, que dita as normas para Declaração de Utilidade Pública, já que foi registrada em 1984, sob a inscrição nº 551, tendo conseqüentemente personalidade jurídica há mais de 1 ano e que está em efetivo exercício junto a Comunidade de maneira desinteressada, ou seja, não tem fins lucrativos e que presta o aprimoramento da formação cívica, moral, cultural e física da infância e da juventude, promove obras de Assistência Social à Comunidade Pontagrossense, fomenta o Movimento Rotário e atende a outras finalidades que se harmonizam com o ideal do Rotary Internacional.

Assim sendo, nada encontra esta Comissão de Constituição e Justiça que possa impedir a legal e normal tramitação do mesmo nesta Augusta Casa de Leis.

Isto posto, opinamos favoravelmente a aprovação do projeto de lei em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.10.89.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

NEIVO BERALDIN

Relator

COMISSÃO DE DEFESA AO CONSUMIDOR
PROJETO DE LEI Nº 260/88

PARECER:

De autoria do eminente Deputado Edmar Luiz Costa, o projeto de lei ora em questão objetiva declarar como Utilidade

Pública a FUNDAÇÃO DE AÇÃO ROTARIANA, com sede e foro ao Município de Ponta Grossa, neste Estado.

Quanto ao mérito da proposição, inexistente argumento contrário. Revestida de grande oportunidade, a iniciativa do nobre Deputado autor da matéria, virá exatamente tornar oficial diante dos parâmetros Constitucionais, a Utilidade Pública da entidade supra citada já conquistada junto à comunidade ponta-grossense, pelo exemplar trabalho que desenvolve, pelo aprimoramento da formação cívica, moral, cultural e física da infância e da juventude.

Do ponto de vista legal, cabe reconhecer a regularidade da apresentação da Proposição, preenchendo todos os requisitos necessários ao seu trâmite por esta Casa Legislativa, inexistindo qualquer óbice Constitucional.

Considerado o exposto, manifestamo-nos favoravelmente à sua aprovação por esta Assembléia Legislativa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.11.88.

(a) PAULO FURIATTI

Presidente

ALGACI TÚLIO

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Nº 265/88, de autoria do Deputado EDMAR LUIZ COSTA, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE EVANGÉLICA DE RESERVA", com sede e foro na cidade de Reserva. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. nº 95, de 15.09.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 265/88

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado EDMAR LUIZ COSTA, objetiva o presente plano de lei declarar de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE EVANGÉLICA DE RESERVA", com sede e foro na cidade de Reserva.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela aprovação do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.09.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

CÂNDIDO BASTOS

Relator

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR
PROJETO DE LEI Nº 265/88

PARECER:

O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado Edmar Luiz Costa, objetiva declarar de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE EVANGÉLICA DE RESERVA com sede e foro naquela cidade.

Este relator ao analisar o projeto em trâmite nas comissões desta Casa de Leis, não encontrou oposição à aprovação ao presente projeto de lei, opinando favoravelmente a sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.12.88.

(aa) PAULO FURIATTI

Presidente

PAULINO JOSÉ DELAZERI

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 266/88, de autoria do Deputado JOSÉ ALVES, que declara de Utilidade Pública a o "T.E.M.M. - TRABALHO E ENCAMINHAMENTO DO MENOR DE MARINGÁ", com sede e foro no Município de Maringá. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. nº 95, de 15.09.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 266/88

PARECER:

O presente plano de lei de autoria do nobre Deputado JOSÉ ALVES, tem por finalidade declarar de utilidade pública a "T.E.M.M. - TRABALHO E ENCAMINHAMENTO DO MENOR DE MARINGÁ", com sede e foro na cidade de Maringá.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente a matéria - Lei nº 6.994 de 10.01.78, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.11.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

BASÍLIO ZANUSSO

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR
PROJETO DE LEI Nº 266/88

PARECER:

Em observação o Projeto de Lei nº 266/88, de iniciativa do ilustre Deputado JOSÉ ALVES, que tem por finalidade declarar como utilidade pública o "T.E.M.M. - TRABALHO E ENCAMINHAMENTO DO MENOR DE MARINGÁ", com foro na cidade de Maringá e sede na Avenida Paraná, s/n, cruzamento com a Av. Guaíra.

Por tratar-se de entidade filantrópica

ca, sem fins lucrativos e pela importante função que desenvolve junto à comunidade Maringense, na proteção e encaminhamento ao menor, cabe-nos, inexistindo óbice constitucional ao seu trâmite nesta Casa Legislativa, opinar favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer desta Comissão.

Sala das Comissões, em 05.12.88.

(aa) PAULO FURIATTI

Presidente

ALGACI TÚLIO

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 318/88, de autoria do Deputado PAULO FURIATTI, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO PALMARES", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ.no DA. nº 118, de 24.11.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 318/88

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado PAULO FURIATTI, objetiva o presente plano de lei declarar de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO PALMARES", com sede e foro nesta Capital.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela aprovação do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.12.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

ERONDY SILVÉRIO

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 326/88, de autoria do Deputado PAULINO JOSÉ DELAZERI, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO TOLEDANA DOS ARTESÃOS - A.T.A.", com sede e foro na cidade de Toledo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. Publ. no DA. nº 123, de 30.11.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 326/88

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado PAULINO DELAZERI, objetiva o presente plano de lei declarar de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO TOLEDANA DOS ARTESÃOS - A.T.A.", com sede e foro na cidade de Toledo.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental

à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela aprovação do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.12.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 340/88, de autoria do Deputado NEREU CARLOS MASSIGNAN, que dispõe sobre a instituição da identidade estudantil nas escolas públicas do Estado do Paraná. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no DA. nº 135, de 14.12.88).

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 342/88, de autoria do Deputado NEREU CARLOS MASSIGNAN, que dispõe sobre o funcionamento das cantinas nas escolas de primeiro e segundo graus da rede oficial de ensino. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. Publ. no DA. nº 135, de 14.12.88).

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 80/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 40/89), que objetiva alterar dispositivos da Lei nº 7.051, de 04.12.78, com vistas a estabelecer critérios especiais aos institutos de promoção e acesso de integrantes da carreira de Agente Fiscal, da Coordenação da Receita do Estado, órgão de regime especial da Secretaria de Estado da Fazenda, e dá outras providências. Com PARECER pela Comissão Geral da Assembléia, conforme requerimento aprovado do Deputado Pirajá Ferreira. Em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no DA. nº 21, de 12.04.89).

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI Nº 80/89

PARECER:

DA CONSTITUCIONALIDADE

Da análise da matéria, constatamos que a iniciativa de tal propositura é do Poder Executivo. A medida visa a regulamentar aspectos da Lei 7051/78, que necessitam de regulamentação no que concerne a promoção e acesso dentro da estrutura do quadro dos funcionários da Coordenação da Receita do Estado.

Quanto à ótica constitucional e legal nada há que impeça a normal tramitação do projeto nesta Casa.

Somos, portanto de parecer favorável pela aprovação do Projeto de Lei 80/89.

É o parecer.

ASPECTOS FINANCEIROS

Com o advento da nova Constituição,

principalmente no que tange à reforma Tributária, verificamos, ao analisar esta matéria, que a administração de novos impostos trará maior complexidade na arrecadação do Estado, portanto sob o aspecto financeiro, o caráter urgente das medidas propostas no Projeto de Lei nº 80/89, estabelece critérios para promoção e acesso dos integrantes da carreira de Agentes Fiscais da Coordenação da Receita do Estado, tornando necessária a aprovação deste procedimento legal, portanto, sob o caráter financeiro, nada há a objetar, sendo o parecer favorável.

DOS RECURSOS HUMANOS

Sob o aspecto de análise da Comissão de Recursos Humanos, verificamos que tal proposta objetiva atender a categoria funcional dos Agentes Fiscais, corrigindo as distorções, dando um tratamento especial aos institutos da promoção e do acesso, que da forma como ora se apresentava, feria direitos das diretrizes básicas dos Recursos Humanos.

Este novo dispositivo corrige tais distorções, portanto, nosso parecer é favorável, pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 19.04.89.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

O SR. RAFAEL GRECA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, pela ordem, eu peço a palavra para comunicar à Assembléia e à consciência do Paraná que o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Urbanas de Curitiba, de Londrina, de Maringá, de Cornélio Procopio e de Foz do Iguaçu; o Sindicato dos Engenheiros do Paraná; o Sindicato dos Contabilistas; o Sindicato dos Desenhistas do Paraná; o Sindicato dos Economistas do Paraná e o Sindicato dos Administradores do Paraná, estão fazendo um comunicado a Curitiba, com um teor extremamente grave, o teor ameaça a interrupção do funcionamento de fornecimento de água para as cidades do Paraná, em função da greve dos funcionários da SANEPAR.

Diz o comunicado público: (Lê) "Os Sindicatos abaixo relacionados, comunicam publicamente, ao Governo do Estado, à Direção da SANEPAR e à População do Estado, que face ao disposto na Constituição Federal vigente, TÍTULO I CAPÍTULO II ARTIGO 9º "É ASSEGURADO O DIREITO DE GREVE COMPETINDO AOS TRABALHADORES DECIDIR SOBRE A OPORTUNIDADE DE EXERCÊ-LO E SOBRE OS INTERESSES QUE DEVAM POR MEIO DELE DEFENDER" e TÍTULO II CAPÍTULO I ARTIGO 5º INCISO II: "NINGUÉM SERÁ OBRIGADO A FAZER OU DEIXAR DE FAZER ALGUMA COISA SENÃO EM VIRTUDE DA LEI", estão transferindo, a partir das 08:00 horas do dia 21.04.89 (sexta-feira) a responsabilidade sobre o abastecimento de água e demais serviços de emergência,

para a própria empresa e o Governo do Estado, se até esta data não ocorrer acordo salarial que encerre a GREVE.

Desta forma, eximem-se os sindicatos da manutenção dos plantões de emergência em todo o Estado, devendo a SANEPAR providenciar os substitutos até a data estipulada.

Assim, quaisquer reclamações de prejuízos causados à comunidade paranaense pela falta de água ou remoção de esgotos devem ser dirigidas diretamente ao Governo e à Direção da Empresa.

Curitiba, 19 de abril de 1989.

- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas de Curitiba, de Londrina, de Maringá, de Cornélio Procopio e de Foz do Iguaçu,
- Sindicato dos Engenheiros do Paraná,
- Sindicato dos Desenhistas do Paraná,
- Sindicato dos Contabilistas de Curitiba,
- Sindicato dos Economistas do Paraná e
- Sindicato dos Administradores do Paraná."

Eu pedi a palavra, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pela ordem, porque acho que é de extrema gravidade que exista uma greve, conduzida com responsabilidade, até agora, pelos funcionários da SANEPAR, e não negociada, porque diz o Governo do Estado a velha frase da greve dos professores, de que não negocia sobre pressão, e existe, sobretudo, a ameaça da interrupção do fornecimento de água, que é líquido vital, a ameaça de estado de calamidade pública, sobre o Estado do Paraná, e não pode, nem esta Assembléia, muito menos a imprensa, muito menos o Governo do Estado, diante da iminência de calamidade pública, se calar!

De maneira que fica comunicado à Assembléia, senão para a imprensa, para a História, a possibilidade de um estado de calamidade pública, a partir da próxima sexta-feira.

Era o dever, era esse o comunicado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - Sobre a mesa, requerimento de nº 603, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 606, de autoria do Sr. Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira, com apoio dos Srs. Deputados Nereu Carlos Massignan, João Arruda, Raul Lopes e demais Srs. Deputados, constante do expediente. Em votação.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - Para discutir adia-se na forma regimental.

Requerimento do Deputado Pedro Tonelli

requer a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei, número

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela Ordem)
Vossa Excelência colocou em votação a solicitação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, já com as assinaturas que a Constituição do Estado do Paraná e o Regimento Interno estabelece?

O SR. PRESIDENTE - (José Afonso Júnior)
Perfeitamente.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela Ordem)
Não é o caso, Vossa Excelência cabe a aceitar a solicitação ...

O SR. PRESIDENTE - (José Afonso Júnior) A
Presidência tem que colocar em discussão e em votação. Um minuto, que nós vamos dar a devida explicação para Vossa Excelência.
Artigo 136, parágrafo 4º ...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela Ordem)
Vossa Excelência está se referindo ao Regimento Interno ou à Constituição do Estado?

O SR. PRESIDENTE - (José Afonso Júnior) Ao
Regimento Interno.

O SR. LUIZ CARLOS OLIVEIRA - (Pela Ordem)
Então, eu peço que Vossa Excelência se socorra da assessoria da Mesa para verificar o que estabelece a Constituição do Estado do Paraná, que determina que na medida em que um terço dos Senhores Parlamentares requeram a Comissão Parlamentar de Inquérito, ela se fará nesta Casa, à semelhança, aliás, do que todas as outras Comissões Parlamentares de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE - (José Afonso Júnior) Eu
só gostaria de ler o Regimento e depois nós vamos interpretar juntos.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem)
Vossa Excelência também deve solicitar a vossa assessoria que faça valer um decreto desta mesma Casa de Leis que faz a adaptação da Constituição Federal à Constituição do Estado, aplicado desde o dia 05 de outubro. Portanto, já é norma da Constituição Federal que tenha um terço dos membros da respectiva Casa de Leis que se instale a CPI. Queria fazer essa observação a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE - (José Afonso Júnior)
Parágrafo 4º do artigo 134 do Regimento Interno, eu insisto nele. Serão inscritos e sujeitos a apoio e discussão, só podendo ser votado com a presença da maioria absoluta dos Deputados, os requere-

mentos sobre: Inciso 3º, nomeação de Comissão especial. Esta é uma Comissão especial.

(Conversas paralelas).

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Pela Ordem). Comissão Especial é uma coisa, Comissão Parlamentar de Inquérito é outra. Senhor Presidente a CPI é regulamentada pela Constituição não é pelo Regimento Interno desta Casa, inclusive pela Constituição Federal. Senhor Presidente, eu solicito a Vossa Excelência o seguinte: que suspenda a sessão por 05 minutos para se fazer um encaminhamento dentro da Lei e para não firmarmos uma Jurisprudência capenga em cima da Constituição Federal que foi promulgada recentemente. Eu ponderei a Vossa Excelência necessidade da suspensão da sessão.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Pela Ordem) Basta lembrar e rever os anais desta Casa, as últimas Comissões Parlamentares de Inquérito aqui criadas, uma vez atingido o número mínimo de 18 assinaturas, independentemente de votação em plenário, é mera comunicação e nada mais. Eu acredito que nós devemos permanecer na mesma trilha, a Comissão está criada mediante as assinaturas constantes desse requerimento. Vossa Excelência na presidência da Mesa e dos trabalhos apenas comunica a Casa a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito e eventualmente pode determinar o dia, data e hora para que promova a instalação da CPI, mas não votação.

O SR. PAULO FURIATTI - (Pela Ordem) Senhor Presidente, as Comissões Parlamentares de Inquérito são requeridas por um terço dos membros.

No momento em que um terço dos membros requerem a instalação, compete à Presidência ler o requerimento e instala-se imediatamente a Comissão Parlamentar de Inquérito. É uma deferência que se faz, enviar o requerimento à Mesa, para que a Mesa leia à Plenária o requerimento constando de um terço das assinaturas, portanto a partir do momento que um terço das assinaturas se estabelece, se estabelece a Comissão Parlamentar de Inquérito dentro da programação de no máximo cinco no ano legislativo.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Pela Ordem) Senhor Presidente. A Constituição Federal, recentemente promulgada, no seu artigo 58 parágrafo terceiro diz o seguinte:

"As Comissões Parlamentares de Inquérito, terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos Regimentos das res-

pectivas Casas. Serão criados pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros para apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores".

Ora, se a Constituição diz que as CPIs terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, nós não temos o que discutir aqui se vamos aprovar ou não, quando cumpriu o rito constitucional que é a exigência de um terço e não é só Constituição Federal, a Estadual assim também determina. Ora, entre o Regimento Interno que fala em Comissão de Investigação e as duas constituições que falam em Comissão Parlamentar de Inquérito, com os poderes agora ampliados, de investigação próprios de autoridades judiciais, quer me parecer que a decisão da Mesa não pode ser conforme pretende a Liderança do PMDB, de adiar para discutir posteriormente.

Ou se instala esta CPI hoje ou nós estamos de novo rasgando a Constituição, Senhor Presidente. O que vai ser encaminhado agora, é a sua composição que está determinada pelo requerimento e que é de oito componentes. Cabe às Lideranças formalizarem esta CPI.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem)

Senhor Presidente. É praxe nesta Casa, sempre que um Deputado com apoio requer a instalação de uma CPI que esse requerimento seja votado em Plenário. Isso sempre aconteceu, Senhor Presidente, e eu acredito que Vossa Excelência deverá manter a sua decisão inicial, que eu tenho certeza que é a decisão ...

(tumulto no plenário).

O SR. PRESIDENTE - (José Afonso Júnior)

Está com a palavra o Deputado Artagão Mattos Leão.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - ... mesmo por

que, Senhor Presidente, o artigo 38 da Constituição, das disposições transitórias, diz que nem a União nem os Estados poderão gastar mais de 65% do seu orçamento com o pessoal e os Senhores Deputados, que agora estão invocando a aplicação da Constituição, acabaram, de votar uma emenda que eleva a 150% da arrecadação do Estado a despesas com o funcionalismo ...

(tumulto no plenário)

... Vossa Excelência fez uso da mesma, nós respeitamos e eu peço que Vossa Excelência permita que eu conclua.

Então, Senhor Presidente, solicito que Vossa Excelência mantenha a sua deci-

são inicial, que é a correta, que é a de praxe nesta Casa, que é a que reza o Regimento Interno e nós voltaremos amanhã, Senhor Presidente, para votarmos esse requerimento. Eu não sei por que os Senhores Deputados, querem que hoje Vossa Excelência tome uma decisão diferente da que os Senhores Presidentes tomaram em ocasiões anteriores.

O SR. PAULO FURIATTI - (Pela Ordem) Senhor

Presidente, nenhuma vez nesta Casa, que eu tenha conhecimento, mas absolutamente nenhuma vez uma Comissão Parlamentar, foi entregue à Mesa um requerimento com a assinatura de um terço, e nas mais polêmicas aconteceu um episódio desses, Senhor Presidente. Em nenhuma vez. Por que é que agora se fará uma exceção? Será possível?

Eu quero lhe esclarecer, Senhor Presidente, que a Constituição determina que as Assembleias Legislativas terão comissões permanentes e temporárias. Portanto, todas as comissões serão Parlamentares, é claro, porque têm os seus componentes parlamentares. Agora serão permanentes as permanentes e temporárias as de investigação ou inquérito. Mais adiante diz que é um requerimento de um terço.

Portanto, Senhor Presidente, levando pela História do Parlamento, que não seja Vossa Excelência o 1º Presidente a fazer uma exceção porque não deseja uma investigação que é o ato mais democrático do Parlamento.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) - Senhor

Presidente, uma CPI só pode ser colocada em votação se ela não tiver o número suficiente de apoio. Eu invoco até mesmo neste momento a presença aqui de um dos servidores mais antigos da Casa, Dr. Celso, que durante quase 30 anos assessorou a Mesa da Presidência e agora mesmo consultando o Dr. Celso, disse ele que não é aceitável esta medida, uma CPI com apoio não há necessidade de se colocar em votação. Peço então o testemunho que está aqui, o Dr. Celso, funcionário há quase 30 anos nesta Casa.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - (Pela Ordem) Nobre

Deputado Presidente; Vossa Excelência preside a Casa na ausência do Presidente titular e Vossa Excelência subiu na condição de vice e honra esta Casa com esta oportunidade.

Da interpretação de Vossa Excelência, da leitura rápida do nosso regimento e até da Constituição Estadual, Vossa Excelência tem esse entendimento. Mas a questão de ordem inicialmente levantada pelo ilustre Deputado Luiz Alberto Oliveira é em função

da tradição, da praxe, do costume que esta Casa vem adotando ao longo dos anos e que também não me lembro em tempo algum, em nenhuma oportunidade que no encaminhamento do pedido de constituição de uma CPI, o Presidente mandasse para deliberação do Plenário.

O meu pedido, pela ordem, Senhor Presidente, é para dizer que, reinando a dúvida da interpretação - se é que há - deve prevalecer a tradição, o costume desta Casa que tantas vezes em todas as oportunidades tem se comportado desta forma. Não é requerimento, nenhuma comunicação.

Muito obrigado.

O SR. NELSON VASCONCELLOS - (Pela Ordem)

Caro Presidente José Afonso Júnior. Invocamos neste momento o seu espírito democrático, o seu espírito de lisura para que entenda perfeitamente esta questão de ordem: as CPIs são instrumentos das minorias porque se toda CPI tivesse de ser aprovada pela maioria esse instrumento jamais poderia ser usado neste Parlamento. Por isso nobre Presidente, invocamos aqui a ordem, a legalidade e que Vossa Excelência aceite este requerimento que vai assinado por 25 Parlamentares para instalar a CPI da Saúde Pública do Estado porque é o direito da minoria, jamais pode ser votada pelo Plenário porque senão ela deixaria de ser o instrumento legal para verificação de indícios ou de dúvidas que possam existir dentro de qualquer setor da administração.

Invoco o seu espírito democrático, o seu espírito de lealdade quando assume esta Presidência para com este Parlamento.

Obrigado.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Pela Ordem) Senhor

Presidente eu confio imensamente no critério, no bom senso de Vossa Excelência e na inteligência de Vossa Excelência. Apenas para colaborar na decisão. Nesta Casa a batalha das CPIs são travadas exatamente nos bastidores especialmente quando a Oposição tinha um pequeno número de Deputados para que se atingisse o número mínimo de assinaturas e se constituísse a CPI. Jamais houve votação em plenário. Invoco ainda os exemplos mais recentes do Congresso Nacional, inclusive a famosa Comissão Parlamentar de Inquérito da Corrupção no âmbito do Governo Federal, não foi levada a Plenário. Mas houve uma batalha que movimentou todos os parlamentares do Brasil, movimentou toda a imprensa do Brasil até o momento em que se atingiu o número mínimo de assinaturas para a constituição da CPI.

Quando se faz um requerimento à Presidência da Casa é dar satisfação à Presidência da Casa de que está constituída uma

CPI e para que o Senhor Presidente, representante da Mesa Executiva, comunique às demais lideranças partidárias para que, no prazo legal, indiquem os membros que integrarão esta CPI já criada pela maioria, ou, pelo menos, pelo número legal exigido pela Constituição da República que é 1/3.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem)

Senhor Presidente, quer me parecer que o nosso Regimento Interno também não deixa dúvida a respeito do assunto, quando estabelece que as CPIs serão criadas, está no § único do artigo 34, "eleitas sempre que o requerer a terça parte pelo menos dos membros da Assembléia". É o § único do artigo 34 do Regimento Interno. Este meu Regimento Interno talvez seja o mesmo que a vossa assessoria também utiliza. Por outro lado também, Senhor Presidente, gostaria, na oportunidade, de esclarecer especialmente ao nobre Líder da Bancada do PMDB nesta Casa, quando invocou o art. 38 da Constituição Federal. Parabenizá-lo não pelas suas palavras mas pela verdadeira interpretação desse artigo, que dispõe que o Estado não poderá gastar mais do que 65% do seu orçamento, em pessoal e nunca de um tributo só no qual se debateu muitas e muitas vezes nesta Casa referente ao ICM. Desta vez o Deputado Artagão Mattos Leão foi muito feliz em dizer e utilizar a expressão - orçamento geral do Estado.

Parabenizo o Deputado pela aplicação do artigo 38 da Constituição Federal.

O SR. HAROLDO RODRIGUES FERREIRA - (Pela

Ordem) Lendo no Regimento Interno do Líder Artagão Mattos Leão: "Artigo 34 § único - as comissões de inquérito serão criadas e eleitas sempre que o requerer a terça parte, pelo menos, dos membros da Assembléia Legislativa".

O SR. PRESIDENTE - (José Afonso Júnior)

Esta Presidência já tem uma solução. Vossas Excelências conhecem a minha conduta, não sou arbitrário, sou democrático. Como está havendo uma interpretação duvidosa nós vamos suspender a sessão por alguns minutos, convidar os Senhores Líderes com assento aqui na Casa para chegarmos a um denominador único.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - Está reaberta a Sessão.

Esta Presidência após ouvir as Lideranças de ambos os Partidos, interpretando o Artigo 19, da Constituição Estadual que diz: "A requerimento de um terço dos seus membros a Assembléia criará Comissões de Inquérito sobre fato determinado e por prazo certo, observando em sua composição o dispositivo do Artigo 16, parágrafo úni-

co; item I - § único: observar-se-ão as seguintes normas regimentais, na constituição das Comissões assegurar-se-á tanto quanto possível a representação proporcional dos Partidos Políticos". Esta Presidência, então, instala a Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem)-
Senhor Presidente, mesmo respeitando a posição de Vossa Excelência, mas o respeito não quer dizer concordância e eu apelo da decisão de Vossa Excelência para o Plenário. Que o Plenário então decida, Senhor Presidente, se Vossa Excelência agiu corretamente ou não!

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior)- Pela Ordem, Deputado Valderi.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem)
Além de ser matéria vencida, Vossa Excelência interpretou muito bem o que diz a Constituição Estadual e eu também me sinto até lisonjeado pela atuação do Líder do PMDB em tentar inovar, trazer inovações a esta Casa, Senhor Presidente. Isso aí é inovação não amparada em nenhum Regimento Interno do mundo, não é só desta Casa aqui, não! É novidade que nós não gostaríamos que Vossa Excelência nem sequer considerasse e inscrevesse isso nos jornais da Casa.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem)- Quero manifestar o meu total apoio à sua decisão em cumprimento ao Regimento Interno e à Constituição. E digo também que no momento em que estávamos reunidos para resolver a interpretação do Regimento, as lideranças com Vossa Excelência, naquele momento o Líder do PMDB não protestou. Portanto, solicito que não acate a questão de ordem do Líder do PMDB.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior)- Esta Presidência indefere a questão de ordem do Deputado Artagão Mattos Leão e mantém a sua decisão.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem)-
Senhor Presidente, só resta à Liderança da Bancada do PMDB, mesmo não concordando com a decisão de Vossa Excelência, evidentemente, acatá-la.

Mas, Senhor Presidente, gostaria de deixar claro que sempre a nível de Regimento Interno este Plenário foi soberano. Não podemos, de maneira nenhuma aceitar, acatar as palavras do Deputado Pedro Tonelli que vem falar em cumprimento de Regimento Interno. Se se falasse em cumprimento de disposição Constitucional, aí sim, Senhor Presidente, poderíamos nos

curvar; mas nunca a nível de Regimento Interno, porque este Plenário sempre foi soberano para votar todas as matérias a nível de Regimento Interno. Mas como esta foi a decisão de Vossa Excelência, só resta a esta Bancada acatar.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior)- Pela Ordem com a palavra o Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Apenas para registrar os elogios pessoais deste Deputado à Decisão de Vossa Excelência e à compreensão do nobre Líder do PMDB. Acho que esta Casa, na medida em que haja convívio harmonioso entre os Parlamentares, cumprirá as suas duas principais missões: a de fiscalização e a de legislar, que a Constituição e a consciência impõe a cada um dos Parlamentares desta Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior)-

Requerimento de nº 614, de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente. Em discussão.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem)
Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior)-
Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de nº 622, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Em votação.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Para encaminhar)
Senhor Presidente, Senhores Deputados.
Eu venho à Tribuna para fazer uma denúncia gravíssima do que está acontecendo no vizinho Município de Morretes.

Lê:

"Em Morretes está instalada a Indústria de Papel São Marcos que possui, ainda, uma filial em Porto de Cima, no mesmo município.

Ocorre que, aproximadamente, 280 funcionários que ali trabalham, sem as mínimas condições de segurança, fato que já provocou vários casos de mortes.

O operário conhecido como "Baiano", acabou morrendo no interior de uma caldeira na qual foi obrigado a entrar, após ter sido desligada, num espaço inferior a 15 horas, estando, ainda quente e liberando gases.

Esse trabalhador, pai de sete filhos, acabou morrendo, por asfixia, permanecendo três horas no interior da caldeira,

transformando-se num espetáculo hediondo, com a sua pele toda dilacerada.

O caso acabou sendo abafado, não chegando às páginas dos jornais, não chegando ao conhecimento da imprensa, sendo do conhecimento apenas dos funcionários que ameaçados, tiveram de calar-se.

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Papel, Papelão e Cortiça de Morretes, fundado em 1944, mas, que sempre foi controlado pela empresa, nada fez.

Segundo denúncias, a morte deste trabalhador foi considerada, pela necrópsia, como morte natural, em função de um mal súbito.

No entanto, é preciso esclarecer que, no caso de uma caldeira desligada, existe um mecanismo chamado PIROMETRO, medidor de temperatura e indicador da presença de gases. Esses aparelhos não foram respeitados e, simplesmente, mandaram que o trabalhador entrasse para limpar a caldeira e aí aconteceu a sua morte.

Agora, recentemente, ocorreu uma greve dos trabalhadores em razão dos baixos salários, das péssimas condições de trabalho e por problemas de insalubridade.

Isso em função de que o papel velho, que é comprado, vem misturado com o papel higiênico utilizado. Todo esse material é levado para uma máquina chamada HIDRAPUPER, e neste papel velho vem o papel higiênico também.

Toda essa operação é executada por trabalhadores, na maioria das vezes, sem luvas ou, com luvas rasgadas. Quanto às botas, o trabalhador que as quiser deverá comprá-las!

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Muitos trabalhadores, hoje, são portadores de doenças, estão contaminados e, não há dúvidas, que sejam portadores de moléstias não diagnosticadas, sendo, portanto transmissores em potencial.

Diante desses fatos, os empregados que aderirem à greve, foram, literalmente, arrancados das suas casas, com a força policial porque a greve era pacífica e não havia piquetes, mediante força policial e sob ameaça de armas do Diretor Presidente da Empresa, Paulo Cleve do Bonfim.

O resultado disso é que os funcionários grevistas acabaram indo à justiça, por intimação do Meritíssimo Juiz, onde foram, estranhamente, acusados de estarem cometendo atos de terrorismo.

No dia 15 próximo passado, mais um trabalhador morreu em consequência da falta de segurança: o trabalhador Salvador Gomes de Amorim, casado, pai de três filhos, foi obrigado a subir a uma altura de aproximadamente 15 metros, para efetuar consertos no telhado do barracão da firma, numa função que não era a sua e sem qualquer dispositivo de segurança e lamenta-

velmente acabou despencando para a morte.

A situação que envolve quase 300 funcionários da Indústria de Papel São Marcos, em Morretes, é das mais graves e exige uma investigação da Delegacia Regional do Trabalho, à qual estamos encaminhando, inclusive, um pedido de providências, através da Mesa Executiva.

Não se admite, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não se admite que uma empresa exerça a pressão e a coersão sobre um trabalhador, tentando de todas as formas desarticular o sindicato, mandando cartas aos trabalhadores, acusando, pasmem, Senhores, alguns funcionários, de praticarem o terrorismo. Afirmam, ainda, que a greve fracassou mandando os empregados assinarem cartas do desligamento do sindicato, que ao contrário, deveria defendê-los.

Várias denúncias foram formuladas à Delegacia Regional do Trabalho, aqui em Curitiba, porém nenhuma encontrou resposta. A única providência tomada pela Delegacia foi a exigência de uma CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes.

Recebemos hoje, em nosso gabinete, uma comissão de trabalhadores e uma comissão da Diretoria do Sindicato destes trabalhadores de Morretes, aqui em Curitiba, e inclusive com a presença de parentes das pessoas mencionadas que faleceram em consequência de acidentes de trabalho. Vieram para confirmar as denúncias.

E esta Comissão veio acompanhada do Presidente do Sindicato, Evaldo Antônio Lemes, que tem sido vítima de perseguições, ameaças de diversos aspectos e que se encontra em situação muito difícil, em função de que não deseja ceder às pressões que vem sofrendo.

Ainda hoje, a Comissão esteve na Federação dos Trabalhadores nas Indústrias no Paraná, onde foi, também, encaminhada esta denúncia.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, faço esta denúncia publicamente, através desta tribuna, para chamar a atenção das autoridades, para chamar a atenção dos Srs. Parlamentares que possam ter algum mandato político na região do litoral do Paraná, mais especificamente em Morretes, pelos fatos lamentáveis que lá estão acontecendo.

Por isso, estou encaminhando este requerimento à Delegacia Regional do Trabalho, no Estado do Paraná, pedindo providências urgentes com relação aos fatos lamentáveis que estão acontecendo na cidade de Morretes.

Concedo aparte ao Deputado Valderi Vilela.

O Sr. Valderi Mendes Vilela - Deputado, apenas para registrar a presença dos

alunos do Colégio Estadual do Paraná, que se fazem presentes hoje aqui nesta Casa de Leis. Eles, que vieram acompanhar de perto a votação que concede o aumento, a reposição salarial aos funcionários públicos do Estado do Paraná. E eu tenho certeza que os alunos do Colégio Estadual do Paraná que se fazem presentes aqui hoje, sairão daqui satisfeitos, porque a Emenda que propõe uma reposição justa foi aprovada pelos parlamentares que assim quiseram e assim procederam na sessão de hoje. Então, eles que levem aos professores e funcionários daquele estabelecimento de ensino, a notícia de que esta Casa de Leis aprovou hoje em terceira e última discussão a reposição salarial dos professores do Paraná, da forma que melhor convém e melhor atende às necessidades dos funcionários públicos do Paraná.

Era isso, Senhor Deputado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito oportuna a sua participação, Deputado Valderi Mendes Vilela, para que os alunos levem daqui, da Assembleia Legislativa, a melhor impressão possível, a respeito da sessão de hoje, uma sessão até certo ponto tumultuada, mas sempre com o interesse voltado às causas populares. E esta Assembleia votou, como já disse o Deputado Valderi Vilela, votou e aprovou a emenda que concede os 39% de reposição salarial. Portanto, evitando com isso que mais uma vez se repitam os fatos lamentáveis que aconteceram no ano passado, por ocasião da greve dos professores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) Está em votação o requerimento. - Aprovado.

Requerimento de nº 631, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 632, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 623, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 629, de autoria do Sr. Deputado Antônio Costenaro Neto, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 598, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 599, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 600, de autoria do

Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 602, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 604, de autoria do Sr. Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 605, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 607, de autoria do Sr. Deputado Acyr Mezzadri, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 608, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 609, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 610, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 611, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 615, de autoria do Sr. Deputado João Arruda, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 616, de autoria do Sr. Deputado João Arruda, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 617, de autoria do Sr. Deputado João Arruda, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 618, de autoria do Sr. Deputado João Arruda, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 619, de autoria do Sr. Deputado João Arruda, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 620, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 621, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 624, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do

expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 628, de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 601, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 630, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 625, de autoria do Sr. Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado Algaci Túlio, inscrito.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Aproveitando a presença dos alunos do Colégio Estadual do Paraná e pelo fato de que hoje se comemora o "Dia do Índio", não poderíamos deixar passar em branco, sem tecermos algumas considerações a respeito desta data e até convidando os alunos para que se façam presentes após o encerramento da sessão, no plenarinho da Assembléia, que há um debate a respeito do índio e ele é franqueado a toda a população. (Lê):

"Hoje, 19 de abril, dia do índio, ocupamos a tribuna deste Poder Legislativo para ratificar as nossas palavras, nesta mesma Casa, no ano de 1988, quando, paradoxalmente, comemorava-se o aniversário dos 20 anos da FUNAI e assistia-se, passivamente, ao massacre dos Índios Tikunas, chacinados no Amazonas, na área indígena de São Leopoldo, Município de Benjamim Constant, no local denominado "Sítio Cercado". Este ano, entretanto, não podia deixar-se menor, por falta de desgraças: em Altamira, um encontro de Nações Indígenas, discutiu a questão no País.

O fato histórico e internacionalmente conhecido, da Índia forte cruzando seu facão diante da face do representante da FUNAI, representa o protesto e o levante de uma parte deste País, humilhada, dizimada e subjugada pelo poder dominante.

O poder dominante que encontra suas raízes no português colonizador que aqui aportando em 1.500, subjugou a mulher índia às suas paixões sexuais, fabricando o primeiro menor abandonado deste País.

Passaram-se 489 anos, e só hoje, essa mesma mulher índia, levantou-se com força

para responder a esse poder.

O encontro de Altamira, marco na organização indígena, mostrou o primeiro passo que as nações indígenas dão, em sentido de conquistas e resgate daquilo que ora lhe pertencendo, fora-lhe arrebatado.

Remontando à história brasileira histórico e criticamente, vemos que no processo de colonização, a primeira reação dos índios foi violenta e de insubordinação; a seguir, aliaram-se aos conquistadores, quando aconteceu a formação de cidades importantes como São Vicente, São Paulo, Salvador, Olinda e Rio de Janeiro.

Por último, as tribos imigraram em várias direções, como cita o antropólogo Arthur Ramos, escapando ao português e ao bandeirante, em busca da "TERRA ONDE NÃO SE MORRE".

Os mecanismos de opressão, crueldade, exploração e violência aos índios, aperfeiçoaram-se, e hoje o Brasil é conhecido internacionalmente como dizimador das nações indígenas.

Esses índios que em 1.500 eram predominantes da Terra Brasilis, hoje estão reduzidos a aproximadamente 230.000.

Há os que foram, pela força, obrigados a deixar as suas aldeias e que, pela roda vida, acabaram parando nos grandes centros metropolitanos: quem sabe quantos índios não podem estar agora desembarcando nos terminais rodoviários de Manaus, Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília?

É a roda vida: quem pode mais chora menos.

Embora Anchieta tenha traduzido a linguagem Tupi, os índios catequisados foram as maiores vítimas dessa linguagem, porque entendê-la era muito difícil.

Tinha a finalidade de ensinar, entretanto, serviu como exercício de opressão.

Ao lembrarmos o quinto compromisso fundamental do nosso Partido, o PDT, contra o processo de extermínio físico-sócio-cultural a que têm sido submetidas as populações indígenas ao longo da nossa história, atentamos para a importância do reconhecimento à diversidade étnica no País, o que não significa abandoná-las, mas fazer e manter projetos, ouvindo as suas lideranças.

No ano em que mantêm-se em voga a discussão dos problemas ambientais, há que se discutir incansavelmente a questão do índio, parte integrante do nosso ambiente cultural.

Nós, Deputados do Paraná, temos que estar atentos para que, na Constituição Estadual, reconheçamos o princípio da posse da terra, a fim de darmos cabo aos conflitos que perduram, há vários anos, na área de Mangueirinha, que vêm resultando no assassinato de lideranças indígenas, como o

cacique Cretã.

É preciso impedir que hoje, após 489 anos, os índios do nosso País continuem sendo obrigados a fugir, a todo o tempo, em busca da TERRA ONDE NÃO SE MORRE.

Num país civilizado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, TERRA ONDE NÃO SE MORRE É TODO O LUGAR."

Obrigado.

E só para esclarecer, a título de ilustração, as reservas indígenas que temos aqui no Paraná, e nesse sentido quero cumprimentar a "Folha de Londrina", que traz hoje uma página inteira dedicada aos índios: "Índios, hoje".

No dia do índio fiz um balanço nas 17 reservas do Estado do Paraná, serve até de orientação aos escolares aqui presentes, nós temos 17 reservas indígenas, aqui no Paraná.

A reserva de Faxinal, no Município de Cândido de Abreu, área demarcada de 2.022 hectares, população de 183 índios;

A reserva de Ivaí, no Município de Manoel Ribas, área demarcada de 7.300 hectares, população de 706 índios;

A reserva de Guarapuava, no Município de Guarapuava, área demarcada de 16.839 hectares, população de 508 índios;

A reserva de Rio Areia, no Município de Inácio Martins, área demarcada de 396 hectares, população de 60 índios;

A reserva do Rio das Cobras, no Município de Laranjeiras do Sul, área demarcada de 18.682 hectares, população de 1818 índios;

A reserva de Ocuí, no Município de São Miguel do Iguçu, área demarcada de 231 hectares, população de 55 índios;

A reserva de Mangueirinha, no Município de Guarapuava, área demarcada de 16.375 hectares, população de 1.543 índios, observando-se que a maior parte da terra está em litígio;

A reserva Lote do Vitorinho, situação fundiária identificada, 24 hectares; Reserva de Queimadas, em Ortigueira, 3.369 hectares, população de 320 índios, total geral da superfície desta reserva porém é de 65.232 hectares, das quais 45.448 demarcadas, 05 reservas tendo serviço de proteção ao índio;

Reserva de Apucarantina, em Apucarana, área demarcada de 5.547 hectares, população de 509 índios;

A Reserva de Laranjinha, em Santa Amélia, área demarcada de 318 hectares, população de 207 habitantes da raça Guarani;

Reserva de Pinhalzinho, em Tomazina, área demarcada de 593 hectares, população de 107 índios;

Reserva de Barão de Antonina, em São Jerônimo da Serra, área demarcada de 3.751 hectares, população de 356 habitantes também em São Jerônimo da Serra, total

geral de 11.575 hectares para quatro reservas;

Reserva de Palmas, na fronteira do Paraná com Santa Catarina, uma área de 2.944 hectares de terras demarcadas, com necessidade de aviventação, população de 460 índios Caicangues.

Portanto, Srs. Deputados, esta é a homenagem que fazemos deste Plenário, muito embora no Plenarinho esteja sendo discutido o problema do índio. Fica aqui, portanto, a homenagem do Partido Democrático Trabalhista, o PDT, que tem em um dos seus capítulos mais importantes, a presença e a defesa do índio.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) Ainda em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Excelentíssimo Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

Vossa Excelência tem quinze minutos.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vivendo e aprendendo. Estão em meu gabinete, 10 Prefeitos que recebem atendimento deste humilde Parlamentar.

Nós Deputados, corremos às Secretarias de Estado, batemos à porta de empresas buscando subsídios, migalhas, para tentar ajudar aqueles que batem às nossas portas. Uma hora um Parlamentar assume a tribuna, como o Deputado Algaci, faz uma denúncia de um Município do Paraná, ora o Deputado Luiz Alberto faz as suas denúncias, ora o Deputado Eduardo, o meu querido Deputado Quielse, a Mesa, Valderi, todos que aqui estão. Mas eu fiquei sentado à minha mesa agora estarrecido com o que ouvi.

Os meus prefeitos, eu sentado à mesa, trabalhando, despachando com um, despachando com outro, leva um para cá, outro para lá, numa Secretaria, outra Secretaria; e eu não estou conseguindo nada, nada! Aí um Prefeito falou: Deputado Alborghetti, eu queria dizer o seguinte: tem um secretário do Governo Álvaro Dias que me ofereceu óleo se eu apoiá-lo para Deputado Estadual. E eu quase caí da cadeira.

Então eu fico pensando, analisando comigo aqui, vou a uma Secretaria, ajudo o Baggio em Paranavaí, mando ovos; luto, brigo, tem problema de Fundação.

Agora mesmo eu estou trocando correspondência com a Fundação Roberto Marinho, procurando subsídios para algumas escolas da minha região; mandei ofício à Fundação BANESEADO, à Fundação BRADESCO, escrevi para a Fundação BRADESCO no meu gabinete, ontem era uma e meia da manhã e nós estávamos montando um programa com estas fundações de buscar subsídios e trazer, para ajudar as nossas crianças, as nossas escolas. Fico magoado, Deputado, porque sou um

homem de partido, acho que partido político no fundo não resolve o problema deste país, o que resolve o problema deste país são homens que têm vergonha na cara, que realmente levantam cedo, como eu levanto, vou para o meu canal de televisão, atendo o povo, venho para a Assembléia, saio daqui como os Senhores saem, nove horas da noite, debatendo, analisando, brigando, implorando, buscando recursos...

Se o Senhor for agora ao meu gabinete, Deputado Eduardo, o Senhor não vai conseguir entrar, porque ali é remédios, é internamentos, estou com três viaturas correndo à cidade, uma me foi emprestada agora; eu buscando remédios - ontem para eu conseguir uns remédios para uma cadeia pública do Paraná, meu Deus do céu, que sofrimento!

Então eu achei melhor comprar do que ir buscar, do que pedir, do que mendigar. Agora eu não concebo estarem usando avião do Governo do Estado para ir entregar cheque de cinquenta cruzados no município, de cem cruzados no município, inclusive na sua região, Deputado Quielse.

Mandam um telegrama, vejam bem o que aconteceu comigo esta semana.

Mandaram-me um telegrama do Governo, eu estou aqui porque não tenho "rabo preso" não.

Eu vou à televisão, luto, gosto do Governador, brigo, estou torcendo para que ele ganhe a convenção, entendeu? Como tenho simpatia pelo prefeito Esperidião Amin, meu particular amigo, como tenho simpatia por tantos outros políticos do Brasil, mas, eu estou torcendo para o Álvaro, é um direito que me assiste, agora, é brincadeira... você vai à televisão, você recebe cartas dizendo quanto é que você recebe para "puxar o saco" deste Governador, quanto é que você ganha? Eu não ganho nada é uma questão de ideal. Eu acho que ele tem caráter, é honesto, então, vamos lá, vamos lutar.

Mas, o que magoa é o que outro dia recebi um telex, do Secretário Rubens Bueno dizendo: Senhor Deputado, está chegando ao seu gabinete uma remessa de cento e cinquenta cruzados para a creche tal. Quando eu peguei o telefone para ligar para a creche já tinha um mês que estava a "grana" lá e eu recebi ontem! Ora, mas, o que é isto, estão brincando com a minha cara, estão me desrespeitando. Quer dizer, eu recebo um telex ontem, dizendo que ia passar um subsídio para uma creche e faz um mês que a creche já recebeu o dinheiro. Quer dizer, eu sou um otário. Eu fico na televisão dizendo aí, aí, aí... quer dizer, eu fico que nem um trouxa. Agora, um prefeito meu chegou agora no meu gabinete e disse o seguinte: Deputado, mandaram-me três mil litros de óleo. E eu falei: e pa-

ra os outros prefeitos? Não, para Bandeirantes foi cinco, para a terra do Valdeir foi mil, para terra do outro foi dez mil. Eu falei me conta a história direito e ele disse: o negócio é o seguinte: encontrei com um prefeito, agora, de uma cidade aqui e ele me disse: você quer conseguir alguma coisa quer? Olha, se você for lá naquela Secretaria lá eles dão óleo, dão dinheiro, dão de tudo, se você acertar o Osmar Dias! Se eu acertar tudo, lá está tudo acertadinho, está um esquemazinho. Eu falei, não, não, não. Não é o problema de nome, está acontecendo é em geral, entendeu? O problema é o seguinte: eu falei me explica "devagarzinho" e bem baixinho para ninguém ouvir. Aí ele foi lá no posto de Cornélio Procopio, Secretaria de Agricultura... e o Osmar é meu amigo, já imaginou se não fosse? ... Chegou no Posto da Secretaria de Agricultura e disse o seguinte: Prefeito, tenha a bondade, entra vamos tomar um café, sente, tudo bem? O que que é? O Senhor tem três litros de óleo aí. Três mil litros de óleo. Falei como é que vocês deram para Bandeirantes, assim, dez mil, para outra cidade 10 mil, para outra 10 mil. Não, mas o Senhor tem que fazer o acerto. Se o Senhor acertar o Senhor leva mais. Se o Senhor não acertar, o senhor não vai ter. Aí, o meu Prefeito de Santa Cecília do Pavão, o Munhoz, chegou e falou, mas isso é um atrevimento. Quer dizer, se eu acertar eu levo 10 mil, se eu não acertar, não levo dez mil. Levo três mil só e um outro Secretário que mandou para uma Prefeitura três carros, não sei o quê, mais não sei o quê. Então, fico pensando, senhores, tudo bem, mas vem cá, estão usando a máquina do Governo, não é certo isso Deputado Quielse, não é certo isso meu Presidente. Estão usando a máquina do Governo, como se fosse um rolo compressor. Eu não estou incomodado, eles podem passar essa máquina que eu vou atrás e levo de enxurrada e levo o povo comigo, eles podem passar trezentas mil máquinas em cima de mim que não vai nem machucar o dedinho da unha.

Não estou preocupadinho com eles não. Eles podem passar rolo e voltar com rolo, eu vou e mato eles no ninho. Mato lá na urna, porque eu trabalho. Agora é muito fácil, se cada Deputado aqui tiver um avião e dinheiro, nós saímos neste Paraná aqui salvando e ressuscitando e entrando até em cemitério ressuscitando morto de caixão.

É fácil fazer política desse jeito, facilímo. Você com um avião, você vai nessas reuniões e os Prefeitos, eu nunca fui numa reunião de Prefeito, como é que chama aí, reuniões de AMUNOP, reunião não sei do quê, eu não vou. Não tenho tempo para isso não, tenho televisão, tenho o

povo, tenho um monte de coisa para cuidar, mas agora, de uns seis meses para cá, o que tem de Secretário frequentando essas reuniões... e agora que eu acordei, agora que eu estou vendo que os homens vem vindo com tudo, mas vêm vindo com tudo para matar a gente mesmo. Vem com rolo compressor, é carro, é isso, é aquilo e vai e vai, então eu fico pensando aqui senhores, não é isso que eu penso de política, não. Eu estou trabalhando, estou pensando em coisa séria, agora eu estou vendo que está terminando o Governo...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Vossa Excelência permite-me um aparte? Assentimento.

Vossa Excelência sabe que eu mantenho com Vossa Excelência uma relação de fraterna amizade e de respeito mútuo, desde o tempo em que Vossa Excelência lutava na Câmara Municipal de Vereadores de Londrina e foi em razão do seu idealismo e da vontade que Vossa Excelência tem de transformar o sonho em realidade que Vossa Excelência ascendeu a esta Casa. Não foi em razão de favores, não foi em razão de dinheiro, não foi em razão de benefícios governamentais, pois bem e Vossa Excelência nesta Casa tem sido um dedicado apóstolo do povo, tem transformado aquele sonho que embalou para a vida pública no ato humanitário de salvar uma vida, de fornecer alimento para um pobre e sobretudo de querer transformar a realidade dos municípios que Vossa Excelência representa nesta Assembléia Legislativa.

Sou testemunha, portanto, da sua luta e sou testemunha, Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que nunca neste Estado, nos 14 anos de mandato que tenho na Assembléia Legislativa ouvi uma denúncia tão séria quanto essa que Vossa Excelência faz de um Secretário de Estado, querendo comprar companheiros políticos que Vossa Excelência adquiriu porque são seus irmãos de sorho através do óleo, que é propriedade do Estado, que é dinheiro do Estado. Vossa Excelência tem o direito de estar com o misto da revolta, com o misto da decepção, com o misto da desilusão. Mas, peço a Vossa Excelência, não desista da luta, continue a lutar por seus municípios, como Vossa Excelência vem fazendo. Não deixe, Deputado Luiz Carlos Alborghetti que transforme Vossa Excelência, que foi eleito pelo voto livre e não pela escolha de um homem só. Vossa Excelência tem mais de 100 mil votos sobre seus ombros. Não deixe o que alguns, acólitos do rei querem fazer dos Deputados inclusive do seu Partido, o PMDB, querem transformá-los em contínuos de luxo, enquanto Vossa Excelência é intérprete da vontade popular.

Por isso, Vossa Excelência receba de

um Deputado de Oposição a solidariedade integral ao pronunciamento que Vossa Excelência faz nesta tarde.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Muito obrigado, Deputado Luiz Alberto Oliveira. Só para completar o raciocínio: eu estou assim chateado. O gabinete lotado, eu atendendo os prefeitos. Sabe que partiu-me um desânimo de não querer ir mais a lugar nenhum, partiu um desânimo porque eu conversei com a minha senhora agora há pouco e falei: olha, não vou nem mais sair Deputado. Vou deixar esse negócio para lá porque isso não é negócio de homem sério, não. Porque me deram uma outra que eu vou me informar. Agora eu vou em cima, eu vou filmar, eu vou fazer o que tiver que fazer. Um Secretário teria telefonado para outra Secretaria, arrumaram um repasse. Olha, umas coisas que os prefeitos não mentem.

Agora, veja bem, a gente vem aqui, apanha, luta, vota...

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior)- Esta Presidência quer informar a Vossa Excelência que o seu tempo pode ser prorrogado.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI -... a gente vem aqui, luta. Por exemplo, as oposições vêm e têm as suas lideranças, brigam, etc., a gente vem aqui e obedece a nossa Liderança. Eu sou uma pessoa que realmente aceito o pedido do Deputado Artagão, respeito-o, a gente vê a gente vem para a Assembléia, briga, apanha às vezes. Mas eu tenho sido tão coerente com os meus Deputados, seja da Oposição, seja do PMDB, do PTB, do PDT, tenho sido coerente com o Luiz Alberto, com todos os Deputados, com o Namir Piacentini, com o meu presidente, com o Valderi, com todos eu tenho sido coerente com a televisão procuro enobrecer esta Casa, procuro fazer com que essas crianças que estão aqui agora saibam que cada Deputado veio para cá com um sonho, com uma vontade de trabalhar, com a vontade de transformar os seus sonhos em ideais.

Então, você chega aqui com aquela vontade louca de trabalhar. Por exemplo, agora eu telefonando para as indústrias, procurando material escolar, brigando, tentando solucionar, o Governo não tem. Então, quem tem? Se o governo não tem quem é que tem? Então, você vai procurar. O Parlamentar é um embaixador, Deputado Eduardo Baggio. Nós somos embaixadores, eu não sou Governador, eu não sou Ministro, eu não sou Secretário, eu sou um Deputado.

Então, o que eu faço? Eu vou numa grande indústria, chego lá: eu sou o Deputado Alborghetti, estou precisando de sub-

sídios para isso, aquilo, essa é a vida do Parlamentar. Isso para mim engrandece o Parlamento de eu ir buscar, de ir brigar, como eu fui à Fundação Bamerindus, como eu vou à Fundação Banestado, como agora mesmo eu estou pedindo uma audiência com o Senhor Presidente da Rede Globo, procurando subsídios.

Para ajudar, não crianças que tenham condições de pagar as suas escolas, mas estou procurando subsídios para aquelas que não têm. Eu estou implorando do governo recursos para ajudar com bolsas de estudo.

O Deputado Algaci que tem programa de rádio o desespero que ele passa, Deputado Pirajá tem um programa de rádio o desespero que a gente passa com os gabinetes abarrotados de gente, de pessoas que chegam, você nota que estão na miséria.

Querem 50 cruzados, 50 Senhores, eu troquei, o dinheiro está aqui no bolso, troquei hoje, tudo em nota de 10, tudo para ajudar, para ajudar 10, ali, 20 aqui, 50 ali, então são sonhos, são idéias. Agora você vê um Secretário de Estado pegar e derrubar todo esse sonho! Não dá! Você vê um Prefeito chegar aqui e dizer: "olha, Alborghetti, estão me oferecendo aquilo e ... mas eu tenho que apoiá-lo". Tudo bem Prefeito, se o senhor achar que deve apoiá-lo, vai, apóia, tudo bem. Eu vou à sua cidade, faço o meu comércio.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Isso é crime, é corrupção eleitoral.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Tudo bem, mas isso desanima a gente.

Desanima, magoa. E isso quem está sentindo não sou só eu não, está sentindo o Deputado Pirajá que outro dia quase se pegou no Palácio lá, quase quebrou a cara de um Deputado pelas mesmas condições. O Senhor está aí, o Senhor não pode me chamar de mentiroso que o Senhor fez, foi reclamar. É a verdade. Nós não podemos tapar o sol com a peneira. Da mesma maneira outros Deputados estão passando por isso, um querendo matar o outro, um querendo derrubar o outro. É Secretário que quer ser candidato, porque vem vindo aí, sei lá se o grupo do "5-J" está preocupado, sei lá que diabo está acontecendo neste Paraná. Está todo mundo preocupado: será que eu tenho que me eleger? Eu sei lá, eu não penso dessa maneira. Eu estou lá quietinho no meu gabinete trabalhando, pensando que estou conseguindo os meus ideais, agora chega um grupo de Prefeito ... não é nada disso, Deputado Algaci.

O Sr. Algaci Túlio - Vossa Excelência, permite-me um aparte?
(Assentimento).

Eu, acompanhando o seu pronunciamento e realmente senti que traz Vossa Excelência nesta Casa hoje uma denúncia gravíssima, muito grave mesmo, em relação a um dos Secretários do Governo do Estado. E eu faço até, antes de fazer a indagação quero dizer que não concordo com Vossa Excelência quando diz que desanima e que isso aqui não é coisa para gente séria. Eu acho que é para gente séria, razão pela qual Vossa Excelência está aqui e razão pela qual muitos outros Deputados estão aqui nesta Casa. Se os sérios não ocuparem essas cadeiras nós continuaremos a ver tantas coisas erradas acontecerem, como esta que Vossa Excelência traz à tribuna. Agora eu lhe indago: ficará apenas na sua denúncia desta tribuna ou como membro do Partido do Governo, como membro do Partido que tem esse Secretário, tomará Vossa Excelência alguma medida no sentido até da demissão desse Secretário, na abertura de uma CPI ou coisa parecida para que os fatos venham realmente à tona, Senhor Deputado? Deixa-me bastante preocupado essa sua denúncia que é muito grave.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Deputado Algaci eu estou numa reunião com Prefeitos, chegou agora há pouco ali e me desanimou. Desanimou. Eu vim para o plenário pensei que tinha mais Deputados, estou satisfeito, mas fiquei desanimado. Então eu pedi à minha chefia de gabinete que nesse final de semana fosse visitar vários municípios e constatasse a realidade dos fatos. Mas, tenho um prefeito idôneo ali dentro, José Munhoz, Prefeito de Santa Cecília do Pavão, um homem de vergonha na cara, idôneo, de responsabilidade, está no meu gabinete. Ele disse: "olha eu não queria te falar mas eu vou te falar o que está acontecendo no Paraná. Vem vindo um rolo compressor aí para matar todo mundo. Todo mundo está querendo se eleger estão usando a máquina do governo". Quer dizer, isso magoa. Então eu queria dizer ao Senhor que eu vou levar isso à televisão amanhã, e eu vou procurar mais subsídios e virei ao plenário novamente e vou continuar brigando. E estou sabendo que vários Deputados da minha Bancada, vários, vários ... estão sabendo disso, estão revoltados com isso. Se a pessoa quiser ser candidato a Deputado que se licencie, saia.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Vossa Excelência permite-me um diálogo aberto?

Até para aduzir às palavras do Deputado Algaci Túlio.

Eu acho que este é um fato que não deve ser responsabilidade de um Deputado só. Mas na medida em que Vossa Excelência toma essa atitude de trazer a comunicação oficial à Assembléia Legislativa

tiva, eu acho que até os seus companheiros de Bancada têm a obrigação de tal solidariedade com Vossa Excelência que sempre foi fiel à Bancada nos piores momentos! Eu acho que este Poder, nobre Deputado e Vossa Excelência que é membro inclusive da Comissão Executiva, deve pegar os elementos com o Deputado Luiz Carlos Alborghetti, deve conversar com o Deputado Pirajá Ferreira, com o Deputado Baggio, com o Deputado Quielse, com o Deputado-Presidente, e transformar isso num Pedido de Informações ou até em uma Comissão Especial de Inquérito para analisar esses atos que caracterizam crimes de responsabilidade governamental contra um ilustre Parlamentar desta Casa. Não passa a ser mais apenas uma bandeira do Deputado Alborghetti -, mas deve ser uma bandeira de todos os Deputados que querem efetivamente exercer bem o seu mandato.

O Sr. Algaci Túlio - Eu quero só complementando, permita-me, Deputado, requerer as notas taquigráficas do seu pronunciamento para que possamos então fazer um Pedido de Informação em cima das denúncias que Vossa Excelência trouxe a Casa e possamos tomar imediatamente as providências.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Lógico, Fique à vontade, Deputado.

Estou baseando as minhas denúncias em um Prefeito que acho que é honrado. Apoiei este prefeito. Respeito este Prefeito, o Prefeito José Munhoz, de Santa Cecília do Pavão. É um Prefeito que não viria em meu Gabinete para mentir. E os Senhores já sabem que está acontecendo isto. Todo mundo sabe. O que eu acho é que se a pessoa quer ser candidato a Deputado, renuncie a Secretaria! Vai partir de igual para igual. Vamos embora! Não vamos ter que nos afastar, nós da imprensa, da televisão, não vamos ter que nos afastar 45 dias? Tudo bem! Então que se afastem eles também e vamos de igual para igual na rua buscar os nossos votos! Buscar os nossos sonhos! Buscar os nossos ideais na cabeça de cada eleitor no Estado do Paraná! Agora, magoa, magoa. Tudo bem, compreendo que talvez eu não tenha me expressado bem, como o Deputado diz, foi para político sério. É que você está ali no Gabinete despachando com tanta vontade, solucionando, atendendo várias psicólogas aí a respeito da Constituinte, estão formando uma escola para crianças excepcionais, com "QI" acima do normal, preocupado também em buscar subsídios para um projeto de uma das assessorias do Deputado Algaci, para a Dra. Izabel, que está montando o "SOS-DROGAS" - e achei fantástico aquilo. Então, estamos ali trabalhando, lutando, vai ... quer dizer, com irmandade, sem maldade. E como

vou à televisão para falar de um Projeto dele sobre drogas e que transformou em utilidade pública, falei de coração aberto. Então você está pensando que você está trabalhando seriamente, está imbuído, está lutando, etc., e você vê um Prefeito honrado adentrar seu gabinete e dizer: olha, deixei de pegar ... nem vou pegar os três mil litros de gasolina porque o rapaz lá de Cornélio disse que precisa acertar. Se apoiar, leva; se não apoiar, tem que entrar no esquema. Ora, é brincadeira! Fica aí minha mágoa, Senhor Presidente. Fica registrada a minha mágoa. Fica o desabafo que fiz nesta Casa. E voltarei. Vou buscar elementos e entregarei ao Deputado Algaci. Vou buscar elementos. Não precisa nem buscar ... Quer dizer, está mais do que nítido, não é? Está nítido. Todos os Deputados estão passando na carne. Mas hoje senti que você está trabalhando, lutando, procurando subsídios, e faz ofícios, e senta à máquina ... estava sentado à máquina escrevendo vários ofícios: à Fundação Bradesco, à Fundação Roberto Marinho buscando idéias, pedindo subsídios e entra o Prefeito que se senta à minha frente e acaba com o meu dia. Eu falei: não, você está brincando! E ele falou: não, estou falando sério. Para Bardeirantes deu 10 mil litros, para outro, tantos litros. Como é? Trator em comodato? Não sei o que lá em comodato ... E pensei bem, e falei: é, os homens estão com tudo! Nós não estamos com nada! Por isso que vou buscar, buscar e não vem nada. E os Prefeitos chegam em meu gabinete e dizem: Alborghetti, chegou alguma coisa? E eu: nada! Saiu alguma coisa? Não! Saiu alguma coisa? Não! ... Mas tem Prefeitos aí que estão recebendo! Mas, recebendo como? Recebendo dos Secretários.

O Sr. Algaci Túlio - Deputado, só para complementar.

Eu entendi que o Senhor fez a denúncia contra o Secretário Delcino Tavares, era isso?

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Não, não, não.

O Sr. Algaci Túlio - Então, qual era o Secretário.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Osmar Dias.

O Sr. Algaci Túlio - Obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Era isso Senhor Presidente, obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (José Afonso Júnior)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 20, à hora regimental, com a seguinte

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 219, 232, 260, 265, 266, 318, 326, 340, 342/88 e 80/89.

ORDEM DO DIA:

Levanta-se a sessão.